



Anais da Assembléia

Nº 02

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 1998

ANO XXIV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI
4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado Valdir Rossoni
PFL	Deputado Plauto Miró
PTB	Deputado Ademar Traiano
PMDB	Deputado Orlando Pessuti
PPB	Deputado Augustinho Zucchi
PT	Deputado Péricles H. de Mello
PDT	Deputado Edgar Bueno
PL	Deputado Horácio Rodrigues
PSN	Deputado Emerson Nerone
PSDB	

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zarusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Carúrio - Hidekazu Takayama - Jílilio Ando - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Remy Borsatto - Walmar Trentini; PTB - 11: Ademar Traiano - Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Joel Coimbra - José Tavares - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duffio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA 001ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 17.02.98**

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Srs. Deputados Antonio Annibelli e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Angelo Vanhoni, Ademir Traiano, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Hidekazu Takayama, Horacio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José-Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -
Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura da ata da Sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -
Está em votação a ata que acaba de ser lida.

Aprovada.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem) -
Sr. Presidente, solicito Verificação de Votação da ata.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) -
Sr. Presidente, requeiro chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A
Mesa defere e procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. VALDIR ROSSONI - Solicito a retirada da chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -
Em votação a ata que acaba de ser lida.

Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 003/98

Curitiba, 26 de janeiro de 1998.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei dispondo sobre o cálculo dos índices de participação dos municípios no produto de arrecadação do ICMS, relativo ao índice ambiental, previsto na Lei Complementar nº 59/91, referente aos municípios desmembrados e aos municípios novos.

O plano de lei ora proposto, consulta aos superiores interesses da Administração e dos municípios atingidos pela medida, pois serão adotados critérios legais que farão justiça na participação do benefício, tanto aos municípios novos, como, também, aos desmembrados.

Apresentando maior detalhamento quanto aos aspectos de conveniência e oportunidade de que se reveste a medida, é feita transcrição de justificativa apresentada pela Secretaria de Estado da Fazenda, cujos termos ratifico:

"O presente projeto de lei objetiva alcançar Justiça Fiscal, na medida em que busca preservar os direitos dos municípios que sofreram desmembramento de área, e que possuíam parte (ou um todo) de seu território integrando Unidades de Conservação, ou outras áreas especialmente protegidas, fazendo jus ao recebimento de um fator de transição, decorrente dos índices

de participação dos municípios no produto de arrecadação do ICMS, relativo ao índice ambiental previsto na Lei Complementar nº 59/91.

Até o presente momento, ante a inexistência de Lei Ordinária que regulamente a LC 59, e ante a omissão no texto deste normativo, os Municípios que sofriam desmembramento de área, perdiam o direito à percepção do crédito antes referido, inobstante tenham, durante longo período de tempo, conservado e investido nas Unidades de Conservação ou em outras áreas especialmente protegidas.

Em contrapartida, os municípios novos criados, que nunca contribuíram para a conservação daquelas áreas, passavam a receber a totalidade dos créditos decorrentes do índice ambiental.

Como não há vinculação entre o crédito e a destinação desta receita municipal, verificou-se que os municípios desmembrados acabavam por perder significativa parcela de receita, que servia para custear importantes gastos, e os novos municípios iniciavam sua administração com considerável parcela extra de receita, motivando investimentos.

Ocorre que, geralmente, os municípios desmembrados possuem índice populacional bem maior que o dos novos e, portanto, necessidades públicas que exigem maior ingresso de receita, além da estruturação administrativa toda aparelhada para, inclusive, investimentos na questão ambiental, o que não se verifica nos municípios novos, que possuem necessidades diferentes, e precária estruturação administrativa.

Este fato motivou, no decorrer dos tempos, um interesse muito grande por parte dos distritos que continham áreas de conservação, no desmembramento, já que a parcela do crédito correspondente ao índice ambiental, é muitas vezes insuficiente para a manutenção das despesas municipais. E nesse passo, verifica-se que os municípios novos acabam tendo maiores recursos que os municípios desmembrados.

O presente projeto não contraria o princípio da isonomia, contido na Constituição Estadual, pelo qual os municípios que possuem Unidades de Conservação devem ter tratamento diferenciado, quando do rateio dos índices de participação dos municípios no produto de arrecadação do ICMS. Ao contrário, visa o projeto preservar a

aplicação plena do citado princípio, estabelecendo regra de transição, para que o município desmembrado não seja prejudicado duplamente, quer pela perda de parte de sua área, quer pela perda de importante receita decorrente das Unidades de Conservação, responsáveis pelo rateio do Fundo de Participação".

Por outro lado, tendo em vista a urgência e relevância de que se reveste a presente matéria, solicito sua inclusão no rol daquelas a serem apreciadas no atual período de convocação extraordinária desse Poder Legislativo.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Na fixação dos índices de participação dos municípios no produto de arrecadação do ICMS, previsto na Lei Complementar nº 59/91, fica assegurado aos municípios que sofrerem desmembramento de área, a partir da vigência da presente lei, a introdução de um fator de transição, durante 05 (cinco) anos, de forma descendente, equivalente e sucessiva, iniciando-se no ano de instalação do município novo, conforme dispuser Decreto Estadual Regulamentador.

Art. 2º - Os efeitos da presente lei são extensivos aos municípios desmembrados nos 2 (dois) anos imediatamente anteriores à sua edição, e o fator de transição, previsto no artigo antecedente será aplicado a partir do ano da vigência desta lei, vedada a retroatividade de seus efeitos, computando-se o prazo de 5 (cinco) anos desde a instalação do município, nos termos do que dispuser o Decreto Regulamentador.

Art. 3º - O cálculo dos percentuais, consoante os artigos antecedentes, levará em conta somente o critério relativo à superfície da área, cabendo ao município novo criado o direito pelos demais critérios, na

forma definida em Decreto Regulamentador.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob os nºs CTL/SEEG/276, 278, 279, 280, 297, 300, 302 a 309, 311 a 321, 324, 325 e 330/97, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

604/97: Do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a ceder ao Município de Terra Boa, o imóvel que especifica, localizado no quadro urbano daquele município, o qual convertido em lei tomou o nº 11.921. **Anote-se - Arquivo-se.**

591/97: Do Poder Executivo, que procede a conversão entre as fontes de recursos que custeiam a programação da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana, no valor de R\$ 25.000,00, conforme especifica, o qual convertido em lei tomou o nº 11.923. **Anote-se - Arquivo-se.**

599/97: Do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a ceder ao Centro de Promoção Humana São Benedito, o imóvel que especifica, localizado na Cidade de Apucarana, o qual convertido em lei tomou o nº 11.924. **Anote-se - Arquivo-se.**

598/97: Do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a ceder ao Município de Santa Isabel do Ivaí, o imóvel que especifica, situado no quadro urbano daquela cidade, o qual convertido em lei tomou o nº 11.925. **Anote-se - Arquivo-se.**

491/97: Do Poder Executivo, que procede ajuste no valor de R\$ 840.000,00, conforme especifica, o qual convertido em lei tomou o nº 11.942. **Anote-se - Arquivo-se.**

592/97: Do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santo Antonio do Sudoeste,

o lote de terreno que especifica, situado na sede daquela municipalidade, o qual convertido em lei tomou o nº 11.945. **Anote-se - Arquivo-se.**

654/97: Do Poder Executivo, que abre um crédito especial ao Orçamento de Investimento da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/PR, no valor de R\$ 2.776.000,00, conforme especifica, o qual convertido em lei tomou o nº 11.947. **Anote-se - Arquivo-se.**

655/97: Do Poder Executivo, que ajusta o Programa de Obras da Secretaria Especial de Desenvolvimento Educacional, no valor de R\$ 433.000,00, conforme especifica, o qual convertido em lei tomou o nº 11.948. **Anote-se - Arquivo-se.**

449/97: Do Poder Executivo, que abre crédito suplementar no valor de R\$ 15.740.959,00, conforme especifica, o qual convertido em lei tomou o nº 11.949. **Anote-se - Arquivo-se.**

672/97: Do Poder Executivo, que ajusta o Programa de Obras da Secretaria Especial de Desenvolvimento Educacional, no valor de R\$ 2.218.921,00, conforme especifica, o qual convertido em lei tomou o nº 11.950. **Anote-se - Arquivo-se.**

674/97: Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de R\$ 1.200.000,00, conforme especifica, o qual convertido em lei tomou o nº 11.951. **Anote-se - Arquivo-se.**

675/97: Do Poder Executivo, que ajusta o Programa de Obras da Secretaria de Estado dos Transportes, no valor de R\$ 2.619.914,00, o qual convertido em lei tomou o nº 11.952. **Anote-se - Arquivo-se.**

676/97: Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de R\$ 380.175,00, conforme especifica, o qual convertido em lei tomou o nº 11.953. **Anote-se - Arquivo-se.**

600/97: Do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Londrina, as áreas que descreve, de propriedade do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR, o qual convertido em

lei tomou o nº 11.954. **Anote-se - Arquivar-se.**

688/97: Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de R\$ 2.886.250,00, conforme específica, o qual convertido em lei tomou o nº 11.955. **Anote-se - Arquivar-se.**

689/97: Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de R\$ 1.500.000,00, conforme específica, o qual convertido em lei tomou o nº 11.956. **Anote-se - Arquivar-se.**

715/97: Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de R\$ 1.326.727,00, conforme específica, o qual convertido em lei tomou o nº 11.957. **Anote-se - Arquivar-se.**

717/97: Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de R\$ 70.000,00, conforme específica, o qual convertido em lei tomou o nº 11.958. **Anote-se - Arquivar-se.**

718/97: Do Poder Executivo, que procede ajustamento orçamentário no valor de R\$ 980.000,00, conforme específica, o qual convertido em lei tomou o nº 11.959. **Anote-se - Arquivar-se.**

687/97: Do Poder Executivo, que altera a Lei nº 11.280/95, que dispõe sobre o IPVA, o qual convertido em lei tomou o nº 11.972. **Anote-se - Arquivar-se.**

741/97: Do Poder Executivo, que autoriza refinanciamento de dívida de responsabilidade do Estado, a contratação de financiamentos, adquirir ativos e assumir passivos do Banco do Estado do Paraná S/A; alienação de ações; dá nova redação à Lei nº 11.253/95 e adota outras providências, o qual convertido em lei tomou o nº 11.961. **Anote-se - Arquivar-se.**

739/97: Do Poder Executivo, que dispõe sobre recolhimento ao Tesouro Geral do Estado de até 90% do saldo financeiro disponível, nos órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado e adota outras providências, o qual convertido em lei tomou o nº 11.962. **Anote-se - Arquivar-se.**

740/97: Do Poder Executivo, que autoriza a venda ou oferecimento como

garantia, de ações da SANEPAR, conforme específica, o qual convertido em lei tomou o nº 11.963. **Anote-se - Arquivar-se.**

738/97: Do Poder Executivo, que dá nova redação ao inciso III, do art. 65, da Lei nº 11.580/96, o qual convertido em lei tomou o nº 11.964. **Anote-se - Arquivar-se.**

690/97: Do Poder Executivo, que procede ajuste no valor de R\$ 1.567.173, conforme específica, o qual convertido em lei tomou o nº 11.965. **Anote-se - Arquivar-se.**

732/97: Do Poder Executivo, que procede conversão de fontes e remanejamento orçamentário, no valor de R\$ 200.000,00, conforme específica, o qual convertido em lei tomou o nº 11.968. **Anote-se - Arquivar-se.**

622/97: Do Tribunal de Justiça, que extingue e cria cargos na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça, conforme específica, o qual convertido em lei tomou o nº 11.969. **Anote-se - Arquivar-se.**

492/97: Do Poder Executivo, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 1998, o qual convertido em lei tomou o nº 11.974. **Anote-se - Arquivar-se.**

Sob os nºs CTL/SEEG/002, 003, 004, 031, 032 e 035/98, da Sra. Governadora do Estado em exercício, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

594/97: Do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a ceder à União Cívica Feminina Paranaense, o imóvel que específica, situado em Curitiba, no bairro São Francisco, o qual convertido em lei tomou o nº 11.988. **Anote-se - Arquivar-se.**

602/97: Do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a ceder o uso ao Município de Nova Aliança do Ivaí, do imóvel que específica, situado naquela cidade, o qual convertido em lei tomou o nº 11.989. **Anote-se - Arquivar-se.**

603/97: Do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Foz do Iguaçu, o imóvel que especifica, situado na sede urbana daquele município, o qual convertido em lei tomou o nº 11.990. **Anote-se - Arquivo-se.**

597/97: Do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a ceder ao Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN, o imóvel que especifica, situado no Município de Paranaguá, o qual convertido em lei tomou o nº 12.017. **Anote-se - Arquivo-se.**

608/97: Do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a reduzir, no percentual indicado pelo Parecer nº 123/95, da Procuradoria Geral do Estado, os valores devidos pela aquisição de terras devolutas, adquiridas conforme especifica, o qual convertido em lei tomou o nº 21.018. **Anote-se - Arquivo-se.**

212/97: Do Poder Executivo, que institui o Fundo Paraná, destinado a apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado do Paraná, nos termos do art. 205 da Constituição Estadual e adota outras providências, o qual convertido em lei tomou o nº 12.020. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº 78/98, do Presidente do Tribunal de Justiça, encaminhando anteprojeto de lei que altera o Código de Organização e Divisão Judiciária em seu art. 210, visando corrigir a Seção Judiciária da Comarca de Cantagalo. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 61/98, do Presidente do Tribunal de Contas, encaminhando Relatórios de Atividades daquele Tribunal, correspondentes ao 4º trimestre e ao exercício de 1997. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 216/98, do Sr. Daniel Domingues, Diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, comunicando convênio celebrado entre o Ministério da Previdência e Assistência Social / Secretaria de Assistência Social e o Estado do Paraná, no valor de R\$ 27.986.509,17, incluindo a contrapartida do Estado, para manutenção dos serviços assistenciais (atendimento a crianças de 0 a 6

anos, pessoas idosas e pessoas portadoras de deficiência), até 31/12/97. Comunica, também, a celebração do convênio entre o MPAS/SAS e o Estado do Paraná, no valor de R\$ 1.920.000,00, destinados ao desenvolvimento de projetos de enfrentamento à pobreza. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/SEEG/037/98, do Sr. Governador do Estado, restituindo a esta Assembléia o Projeto de Lei nº 020/97. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os nºs 002 e 003/98, do Sr. Lauro Klas Júnior - Diretor-Presidente em exercício da SANEPAR, encaminhando resultados das licitações efetivadas pela SANEPAR, na Gerência de Obras de Cascavel, no mês de dezembro/97. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os nºs CLT/SEEG/269 a 273, 298, 299, 301, 329, 332 a 343/97, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

178/97: De autoria do Deputado Walmor Trentini, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Menino Jesus - ABEMJE, com sede no Município de São João do Caiuá e foro no Município de Alto Paraná, o qual convertido em lei tomou o nº 11.914. **Anote-se - Arquivo-se.**

075/97: De autoria do Deputado Luiz Carlos Zuk, que declara de Utilidade Pública a Santa Casa de Misericórdia de Imbituva, com sede e foro no Município de Imbituva, o qual convertido em lei tomou o nº 11.915. **Anote-se - Arquivo-se.**

003/97: De autoria do Deputado Walmor Trentini, que declara de Utilidade Pública o Centro de Atendimento Especial à Criança e ao Adolescente de Paranavaí - CECAP, com sede e foro no Município de Paranavaí, o qual convertido em lei tomou o nº 11.916. **Anote-se - Arquivo-se.**

298/96: De autoria do Deputado Walmor Trentini, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Enira de Moraes Ribeiro, com sede e foro no Município de Paranavaí, o qual conver-

tido em lei tomou o nº 11.917. **Anote-se - Arquivo-se.**

188/97: De autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Amigos Moradias Shalon, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em lei tomou o nº 11.918. **Anote-se - Arquivo-se.**

496/97: De autoria do Deputado Geraldo Cartário, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Rafael Iatauro, o qual convertido em lei tomou o nº 11.943. **Anote-se - Arquivo-se.**

540/97: De autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais de Umuarama, com sede e foro no Município de Umuarama, o qual convertido em lei tomou o nº 11.944. **Anote-se - Arquivo-se.**

611/97: De autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública o Combate Barreirinha Futebol Clube, com sede e foro no Município de Curitiba - PR, o qual convertido em lei tomou o nº 11.946. **Anote-se - Arquivo-se.**

541/97: De autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública o Sindicato Rural do Município de Marilândia do Sul - SIRMS, com sede e foro no Município de Marilândia do Sul, o qual convertido em lei tomou o nº 11.973. **Anote-se - Arquivo-se.**

665/97: de autoria do Deputado Aníbal Khury, que destina 10% dos recursos arrecadados ao FUNRESTRAN à Secretaria de Estado da Criança e de Assuntos da Família, para a implementação de programas de assistência ao menor, o qual convertido em lei tomou o nº 11.975. **Anote-se - Arquivo-se.**

702/97: De autoria do Deputado Joel Coimbra, que autoriza o Poder Executivo a realizar operações de empréstimos através das instituições de ensino superior do Estado do Paraná, conforme especifica, o qual convertido em lei tomou o nº 11.976. **Anote-se - Arquivo-se.**

242/97: De autoria do Deputado Sâmis da Silva, que veda a prática de rafting (descida em corredeiras com botes infláveis), o qual convertido em lei tomou o nº 11.977. **Anote-se - Arquivo-se.**

190/97: De autoria do Deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública o Conselho Comunitário do Hospital Municipal de Primeiro de Maio, com sede e foro na Cidade de Primeiro de Maio, o qual convertido em lei tomou o nº 11.978. **Anote-se - Arquivo-se.**

441/97: De autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Cruzeiro do Oeste, o qual convertido em lei tomou o nº 11.979. **Anote-se - Arquivo-se.**

008/97: De autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Evangélica Emanuel de Desenvolvimento Assistencial, Educacional e Cultural, com sede e foro na Cidade de Itambaracá, o qual convertido em lei tomou o nº 11.980. **Anote-se - Arquivo-se.**

433/97: De autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Engenheiro Beltrão, o qual convertido em lei tomou o nº 11.981. **Anote-se - Arquivo-se.**

324/97: De autoria do Deputado Joel Coimbra, que declara de Utilidade Pública a Associação Cultural Assistencial Recreativa de Aposentados da Vila Esperança, com sede e foro no Município de Maringá, o qual convertido em lei tomou o nº 11.982. **Anote-se - Arquivo-se.**

312/97: De autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Associação Desafio Jovem Canaã, com sede e foro na Cidade de Umuarama, o qual convertido em lei tomou o nº 11.983. **Anote-se - Arquivo-se.**

559/97: De autoria do Deputado Horácio Rodrigues, que declara de Utilidade Pública o Instituto Dr. Elias Abrão, com sede e foro no Município de Curitiba, o qual convertido em lei tomou o nº 11.984. **Anote-se - Arquivo-se.**

639/97: De autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública a Associação Curitibana de Apoio e Integração do Excepcional - ACAIE, com foro e sede no Município de Curitiba, o qual convertido em lei tomou o nº 11.985. **Anote-se - Arquivo-se.**

705/97: De autoria do Deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública o IBID - Instituto Brasil de Integração e Desenvolvimento, com sede e foro na Cidade de Curitiba, o qual convertido em lei tomou o nº 11.986. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob os nºs CTL/SEEG/005 a 016, 018, 020 a 029/98, da Sra. Governadora do Estado em exercício, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

564/97: De autoria do Deputado Antonio Annibelli, que dispõe que os alunos, professores e demais funcionários das escolas públicas ou privadas de ensino fundamental, ficam proibidos de fumar cigarros de qualquer espécie nos recintos das escolas, mesmo nos pátios e áreas de lazer, o qual convertido em lei tomou o nº 11.991. **Anote-se - Arquivo-se.**

578/97: De autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública o Conselho Comunitário de Segurança e Bem Estar Social de Arapongas, com sede e foro no Município de Arapongas, o qual convertido em lei tomou o nº 11.992. **Anote-se - Arquivo-se.**

711/97: De autoria do Deputado João Techy Filho, que altera a redação da Lei nº 11.877/97, que trata da declaração de Utilidade Pública da Associação Comunitária de Agricultores da linha Vicente Machado, com sede e foro no Município de Prudentópolis, o qual convertido em lei tomou o nº 11.993. **Anote-se - Arquivo-se.**

370/97: De autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública o Grêmio de Radioamadores da Rodada Trem das Onze, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em lei tomou o nº 11.994. **Anote-se - Arquivo-se.**

640/97: De autoria do Deputado Walmor Trentini, que declara de Utilidade Pública a Federação dos Contabilistas do Estado do Paraná, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em lei tomou o nº 11.995. **Anote-se - Arquivo-se.**

042/97: De autoria do Deputado Élio Lino Rusch, que declara de Utilidade Pública a Câmara Júnior de Boa Vista da Aparecida, com sede e foro no Município de Boa Vista da Aparecida, o qual convertido em lei tomou o nº 11.996. **Anote-se - Arquivo-se.**

456/97: De autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública o Departamento de Assistência Social da Igreja Assembléia de Deus de Arapoti, com sede e foro no Município de Arapoti, o qual convertido em lei tomou o nº 11.997. **Anote-se - Arquivo-se.**

367/97: De autoria do deputado Reny Borsatto, que declara de Utilidade Pública a Fundação Médico Assistencial dos Trabalhadores Rurais de Capitão Leônidas Marques, com sede e foro no Município de Capitão Leônidas Marques, o qual convertido em lei tomou o nº 11.998. **Anote-se - Arquivo-se.**

034/97: De autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Bairro Vila Operária, com sede e foro no Município de Paranavaí, o qual convertido em lei tomou o nº 11.999. **Anote-se - Arquivo-se.**

029/97: De autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Bairro Jardim Ipê, com sede e foro no Município de Paranavaí, o qual convertido em lei tomou o nº 12.000. **Anote-se - Arquivo-se.**

028/97: De autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do

Distrito de Sumaré, com sede e foro no Município de Paranavaí, o qual convertido em lei tomou o nº 12.001. **Anote-se - Arquivo-se.**

027/97: De autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional de Sumaré, com sede e foro no Município de Paranavaí, o qual convertido em lei tomou o nº 12.002. **Anote-se - Arquivo-se.**

334/97: De autoria do Deputado Elio Lino Rusch, que declara de Utilidade Pública a Fundação Wilson Marcelino Filho, com sede na Cidade de Curitiba e foro na Cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, o qual convertido em lei tomou o nº 12.004. **Anote-se - Arquivo-se.**

162/97: De autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Comunidade Urbana de Campo Santana, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em lei tomou o nº 12.006. **Anote-se Arquivo-se.**

369/97: De autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação Ebenezer, AEDAEC, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em lei tomou o nº 12.007. **Anote-se - Arquivo-se.**

554/97: De autoria do Deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Juranda, o qual convertido em lei tomou o nº 12.008. **Anote-se - Arquivo-se.**

088/97: De autoria do Deputado César Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Amigos de Moradias Marumbi II, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em lei tomou o nº 12.009. **Anote-se - Arquivo-se.**

551/96: de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a Pequena Obra Franciscana, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em lei tomou o nº 12.010. **Anote-se - Arquivo-se.**

534/97: De autoria do Deputado Caíto Quintana, que declara de Utilidade Pública a Associação Casa Familiar Rural de Capanema, com sede e foro no Município de Capanema, o qual convertido em lei tomou o nº 12.011. **Anote-se - Arquivo-se.**

424/96: De autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a Associação de Amigos do Bairro da Lavrinha, com sede e foro no Município de Pinhalão, o qual convertido em lei tomou o nº 12.012. **Anote-se - Arquivo-se.**

555/96: De autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Professores do Colégio Estadual Marechal Cândido Rondon, com sede e foro no Município de Cândido Rondon, o qual convertido em lei tomou o nº 12.013. **Anote-se - Arquivo-se.**

516/97: De autoria do Deputado Reny Borsatto, que autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito - CIRETRAN, no Município de Curitiba, o qual convertido em lei tomou o nº 12.014. **Anote-se - Arquivo-se.**

415/97: De autoria do Deputado Beto Richa, que autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito - CIRETRAN, no Município de Centenário do Sul, o qual convertido em lei tomou o nº 12.015. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob os nºs CTL/SEEG/041, 042, 081 e 082, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

384/97: De autoria do Deputado Nereu Moura, que denomina de Padre Paulo, a rodovia PR-573, no trecho que liga Corbélia a Braganey, o qual convertido em lei tomou o nº 12.025. **Anote-se - Arquivo-se.**

407/95: De autoria do Deputado Luiz Accorsi, que trata de advertência, pelos estabelecimentos de ensino, das consequências do uso de drogas alucinógenas, bebidas alcoólicas, fumo, e da prática do relacionamento sexual sem segurança, o qual converti-

do em lei tomou o nº 12.026. **Anote-se - Arquite-se.**

341/97: De autoria dos Deputados Edgar Bueno, Cezar Silvestri e Valdir Rossoni, que autoriza a regularização, conforme especifica, de imóveis urbanos que fazem parte do loteamento Curitiba, da Cidade de Cascavel, o qual convertido em lei tomou o nº 12.027. **Anote-se - Arquite-se.**

052/97: De autoria do Deputado Élio Lino Rusch, que autoriza o Poder Executivo a criar o Batalhão de Fronteira da Polícia Militar do Estado do Paraná, com sede no Município de Marechal Cândido Rondon, o qual convertido em lei tomou o nº 12.066. **Anote-se - Arquite-se.**

Sob o nº CTL/SEEG/274, 277, 289 a 296, 281 a 288/97, comunicando haver **SANCIONADO** os Projetos de Lei nºs:

144/97: De autoria do Deputado Élio Lino Rusch, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Catanduvas, com sede e foro na Cidade de Catanduvas, o qual convertido em lei tomou o nº 11.919. **Anote-se - Arquite-se.**

169/97: De autoria do Deputado Ricardo Chab, que declara de Utilidade Pública a Associação de Amigos da Pastoral da Criança - AAPAC, com sede e foro no Município de Paranavaí, o qual convertido em lei tomou o nº 11.922. **Anote-se - Arquite-se.**

394/97: De autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Espírita Nosso Lar, com sede no Município de Pinhais e foro nesta Capital, o qual convertido em lei tomou o nº 11.934. **Anote-se - Arquite-se.**

405/97: De autoria do Deputado Geraldo Cartário, que concede Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Octávio Cesário Pereira Júnior, o qual convertido em lei tomou o nº 11.935. **Anote-se - Arquite-se.**

434/97: De autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Creche Risoleta Neves, com sede e foro na Cidade de Umuarama,

o qual convertido em lei tomou o nº 11.936. **Anote-se - Arquite-se.**

442/97: De autoria do Deputado Emerson Nerone, que declara de Utilidade Pública a Associação Maria Mãe da Igreja - AMI, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em lei tomou o nº 11.937. **Anote-se - Arquite-se.**

446/97: De autoria do Deputado César Seleme, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná - CEFET/PR, os imóveis que especifica, localizados nesta Capital, o qual convertido em lei tomou o nº 11.938. **Anote-se - Arquite-se.**

460/97: De autoria do Deputado Toti Colaço, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, ao Sr. João Mansur, o qual convertido em lei tomou o nº 11.939. **Anote-se - Arquite-se.**

472/97: De autoria dos Deputados Anibal Khury e Joel Coimbra, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Cid Flaquer Scartezini, o qual convertido em lei tomou o nº 11.940. **Anote-se - Arquite-se.**

482/97: De autoria do Deputado Caíto Quintana, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Sr. Jaime Hernando Beserman, o qual convertido em lei tomou o nº 11.941. **Anote-se - Arquite-se.**

011/97: De autoria do Deputado Geraldo Cartário, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. Antônio Casemiro Belinati, o qual convertido em lei tomou o nº 11.926. **Anote-se - Arquite-se.**

099/97: De autoria do Deputado Élio Lino Rusch, que declara de Utilidade Pública o PROVOPAR - Ação Social Municipal de São Pedro do Iguaçu, com sede e foro no Município de São Pedro do Iguaçu, o qual convertido em lei tomou o nº 11.927. **Anote-se - Arquite-se.**

304/97: De autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação Fraternal Anjo da

Guarda, com sede e foro no Município de Maringá, o qual convertido em lei tomou o nº 11.928. **Anote-se - Arquivo-se.**

318/97: De autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Teixeira Soares, com sede e foro no Município de Teixeira Soares, o qual convertido em lei tomou o nº 11.929. **Anote-se - Arquivo-se.**

323/97: De autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública o Lar Escola Bom Samaritano, com sede e foro no Município de Maringá, o qual convertido em lei tomou o nº 11.930. **Anote-se - Arquivo-se.**

355/97: De autoria do Deputado Sâmis da Silva, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos dos Bairros Jardim Lancaster e Jardim Duarte, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu, o qual convertido em lei tomou o nº 11.931. **Anote-se - Arquivo-se.**

388/97: De autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação de Amparo aos Adolescentes Corinto Marciliano Sobrinho, com sede e foro no Município de Porecatu, o qual convertido em lei tomou o nº 11.932. **Anote-se - Arquivo-se.**

393/97: De autoria do Deputado Toti Colaço, que concede o título de Cidadã Honorária do Paraná, à Sra. Marlene Salete Casagrande Pereira, o qual convertido em lei tomou o nº 11.933. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob os nºs CTL/SEEG/017, 019, 030, 033, 036 e 038/98, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver **SANCIONADO** os Projetos de Lei nºs:

331/97: De autoria do Deputado Walmor Trentini, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual de Mandiocaba, com sede e foro no Município de Paranavai, o qual convertido em lei tomou o nº 12.003. **Anote-se - Arquivo-se.**

339/96: De autoria do Deputado Edgar Bueno, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos do Recanto da Criança, com sede e foro no Município de Cascavel, o qual convertido em lei tomou o nº 12.005. **Anote-se - Arquivo-se.**

517/97: De autoria do Deputado Reny Borsatto, que autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito - CIRETRAN, no Município de Wenceslau Braz, o qual convertido em lei tomou o nº 12.016. **Anote-se - Arquivo-se.**

261/97: De autoria do Deputado Emerson Nerone, que declara de Utilidade Pública a Associação da Casa Di Santa Martha - Centro de Convivência para o Excepcional - ACASAN, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em lei tomou o nº 12.019. **Anote-se - Arquivo-se.**

342/97: De autoria da Deputada Ironi Pugliesi, que cria o Pólo Regional de Desenvolvimento da Indústria de Artefatos de Cerâmica, com sede e foro no Município de Paranapoema, o qual convertido em lei tomou o nº 12.021. **Anote-se - Arquivo-se.**

264/97: De autoria do Deputado Anibal Khury, que dispõe sobre a propriedade do imóvel que especifica, ao Serviço de Loteria do Estado do Paraná, o qual convertido em lei tomou o nº 12.022. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº CTL/SEEG/331/97, da Sra. Governadora do Estado em exercício, comunicando haver **VETADO INTEGRALMENTE** o Projeto de Lei nº 326/95, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/001/98, da Sra. Governadora do Estado em exercício, comunicando haver **VETADO PARCIALMENTE** o Projeto de Lei nº 361/97, de autoria do Deputado Joel Coimbra, por julgar a parte vetada inconstitucional e contrária ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/328/97, da Sra. Governadora do Estado em exercício,

cio, restituindo a esta Assembléia o Projeto de Lei nº 470/97, de autoria do Deputado Nelson Garcia. Ao conhecimento da Casa.

Sob os nºs CTL/SEEG/ 034 e 039/98, do Sr. Governador do Estado, restituindo a esta Assembléia os Projetos de Lei nºs 157/97, 180/97, 129/97 e 270/97, respectivamente. Ao conhecimento da Casa.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 001/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito nos municípios criados entre os anos de 1987 e 1997, para que a população decida se o desmembramento realizado tornou economicamente viável a vida do município.

Parágrafo Único - Caso o resultado do plebiscito seja pela inviabilidade financeira do município, a região ou distrito desmembrado voltará a fazer parte do município que deu origem.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Sala das Sessões, em 17.02.98.

(a) HORÁCIO RODRIGUES

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição pretende reduzir as despesas oriundas de municípios, criados sem a mínima condição de sobrevivência. Constatou-se que dos, aproximados, duzentos novos municípios, cerca de 85% deles não tiveram condições de pagar o 13º salário aos seus funcionários. Além desse exemplo, existem outros graves problemas que nos motivaram a elaborar tal proposição.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 003/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Executivo Estadual autorizado a alterar a redação do art. 14, inciso II, alínea "m", da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996.

"m) produtos destinados à construção civil, classificados segundo a NBM/SH:

1. argamassa: 3214.90.00;
2. tijolos cerâmicos: 6904.10.00;
3. tijoleiras e tapa vigas de cerâmica: 6904.90.00;
4. telhas cerâmicas: 6905.10.00;
5. lajes planas pré-fabricadas: 6810.19.00;
6. painéis de lajes: 6810.99.00;
7. pré-lajes e pré-moldados: 6810.99.00;
8. blocos de concreto: 6810.11.00
9. postes para entrada domiciliar: 6810.99.00;
10. chapas onduladas de fibrocimento: 6811.10.00;
11. outras chapas de fibrocimento: 6811.10.00;
12. painéis e pranchas de fibrocimento: 68.11.20.00;
13. calhas e cumeeiras de fibrocimento: 6811.20.00;
14. rufos, espigões e outros de fibrocimento: 6811.20.00;
15. abas, cantoneiras e outros de fibrocimento: 6811.20.00;
16. tanques e reservatórios de fibrocimento: 6811.90.00;
17. tampas de reservatórios de fibrocimento: 6811.90.00;
18. armações treliçadas para lajes: 7308.40.00".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Sala das Sessões, em 17.02.98.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A estabilidade econômica propiciada pelo controle da inflação produziu um fenômeno detectado em pesquisas: as famílias, notadamente as de menor poder aquisitivo, com a elevação do poder de compra da moeda, estão investindo em melhorias e ampliações de suas habitações. O mercado de varejo de materiais de construções vem sendo incrementado por esse movimento, o que evidencia uma significativa melhoria nas condições de vida da população determinada pela melhoria da qualidade das suas moradias.

É sabido que o setor da construção civil é um grande empregador, especialmente de parcelas da população cuja mão-de-obra é menos qualificada. Em face dos índices atuais de desemprego, dados por causas estruturais ou conjunturais, a ação governamental deve priorizar medidas capazes de incorporar, crescentemente, trabalhadores à margem do processo produtivo.

Apenas na Região Metropolitana de Curitiba, o índice de desemprego alcança a elevada taxa de 14% da população economicamente ativa.

Assim, considerando criar condições para que os setores econômicos geradores de empregos rápidos e que atenda a parcela da mão-de-obra desqualificada, constitui medida de política saudável e amenizadora das dificuldades sociais produzidas pelo desemprego e a falta de oportunidades. A construção civil se presta, tradicionalmente, para cumprir tal escopo.

Posto desse modo, a presente proposição visa a desonerar parcialmente, através da diminuição da alíquota do ICMS de 17% para 12%, alguns dos principais itens utilizados na construção civil e que são os essenciais para estimular a atividade, principalmente atendendo às populações mais carentes que buscam melhorar suas condições de habitabilidade.

Em aprovando o projeto, então, a Assembleia Legislativa do Paraná estará dando sua contribuição em duas frentes: amenizando o drama do desemprego pelo estímulo direto à construção civil e apoiando a melhoria das condições de vida da população mais carente.

PROJETO DE LEI Nº 004/98

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Esportistas do Jardim Alvorada de Maringá, com sede e foro na Cidade de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.02.98.

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

Conforme se infere da documentação que ora fazemos juntar ao presente plano de lei, a entidade em questão está em condições de ser declarada de Utilidade Pública, visto que preenche todos os requisitos legais.

Na verdade, tem seu estatuto social devidamente registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos competente, e os membros de sua Diretoria não percebem qualquer tipo de remuneração.

Está em regular funcionamento há mais de uma no e presta relevantes

serviços à comunidade, cuja finalidade é promover os valores humanos, sem fins lucrativos.

Isto posto, apresentamos o presente projeto de lei à consideração de nossos nobres pares, esperando que se lhe dê o indispensável apoio e a final aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 005/98

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Moradores e Amigos do Jardim Buenos Aires, São Miguel, Botiatuba e adjacências, com sede e foro no Município de Almirante Tamandaré.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.02.98.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A Associação Moradores e Amigos do Jardim Buenos Aires, São Miguel, Botiatuba e adjacências, é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter representativo, reivindicatório, beneficente, recreativo e educativo, visando a solução dos problemas do Jardim Buenos Aires, São Miguel, Botiatuba e adjacências.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 006/98

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Dr. João Kopytowski.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.02.98.

(a) HORÁCIO RODRIGUES

JUSTIFICATIVA:

Dr. João Kopytowski nasceu no dia 06 de setembro de 1941, na Cidade de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina, sendo filho de Helena e Francisco Kopytowski.

É casado com Inacita Kopytowski, com quem tem dois filhos: Joacita e João Kopytowski.

Em 1969, formou-se pela Faculdade de Direito de Curitiba.

De 1969/1971, foi Juiz Substituto das Seções Judiciárias de Cascavel e Foz do Iguaçu, abrangendo 10 Comarcas e 22 Municípios.

De 1971/1988, foi Juiz de Direito nas Cidades de Coronel Vivida, Santa Mariana, Foz do Iguaçu, Araucária e São José dos Pinhais - Jurisdição Geral e Eleitoral.

De 1989/1990, foi Juiz de Direito Substituto da Capital, em diversas Varas, inclusive Justiça Militar.

Em 1978, participou na Escola Superior de Guerra e três atualizações quinquenais (1983, 1988 e 1993).

Participou de aproximadamente 100 cursos de extensão, palestras, congressos e seminários jurídicos e culturais, nacionais e internacionais.

Foi homenageado com vários títulos de Cidadão Honorário nas Cidades de Santa Mariana, São José dos Pinhais e Curitiba.

Em 1993, recebeu a Medalha de Pacificador do Ministério do Exército.

Em 1994, recebeu a Medalha Santos Dumont, do Ministério da Aeronáutica.

Recebeu inúmeras homenagens, prêmios, títulos e menções, no Brasil e no exterior.

Destacou-se com alguns trabalhos, como: "Controle Judicial das buscas domiciliares e da escuta telefônica à luz da Constituição Federal"; e "Violência, Corrupção e Drogas - as novas práticas jurídico-policiais de prevenção e combate", apresentado na ESG (1993), Comando Militar na Amazônia e em outras entidades e eventos nacionais e internacionais.

Participou da Missão Internacional da ONU - doação de equipamentos e patrocínio de cursos de treinamento e Forças de Segurança Federais e Estaduais, para prevenção e combate ao narcoterrorismo nacional e internacional.

Em 1996, visitou o Sistema Jurídico-Policial Alemão, a convite do Governo Federal da Alemanha.

Em 1997, recebeu propostas de Plano Especial para Segurança do MERCOSUL e Segurança Intercontinental.

Atualmente é titular (Presidente) do 2º Tribunal do Juri de Curitiba, desde 1991.

Pelo seu vasto curriculum, e por ser merecedor desta homenagem, é que propomos o nome do Dr. João Kopytowski - Juiz de Direito, a ser agraciado com

o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 007/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Dr. Ary de Christian.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.02.98.

(a) HORÁCIO RODRIGUES

JUSTIFICATIVA:

A concessão do título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná é uma das maiores honrarias concedidas aos homens de bem que prestaram e prestam serviços à comunidade paranaense.

Dr. Ary de Christian, nasceu em 12 de janeiro de 1930, em Curitiba - PR, sendo filho de Victório Christian e Angelina Luquetta de Christian.

Cursou o 1º grau na Escola Isolada no Barigüi do Seminário e no Colégio Senhor Bom Jesus.

Concluiu o 2º grau no Colégio Estadual do Paraná.

Formou-se médico pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná.

Realizou o Curso de Especialização em Cardiologia, na PUC do Rio de Janeiro.

Tendo ingressado no Serviço de Saúde do Exército, realizou o Curso de Adaptação na Escola de Saúde do Exército, no Rio de Janeiro.

Concluído o curso de adaptação, foi nomeado 1º Tenente Médico e designado para prestar serviços no CPOR de Curitiba, como instrutor de Higiene e Primeiros Socorros e para a Chefia do Curso de Saúde. Concomitantemente, prestava assistência médica ao pessoal do CPOR e 5ª Companhia de Intendência.

Foi nomeado Comandante da 5ª Companhia Independente de Saúde, sediada no Aquartelamento da Praça Oswaldo Cruz, permanecendo nesta função durante 5 anos.

Neste período, organizou a Operação ACISO, efetivada na região de Cascavel e Guaraniaçu.

Concentrou no Hospital de Caridade a maior parte das suas atividades, destacando-se o atendimento aos indigentes.

Exerceu as funções de Chefe de Clínica, no Serviço de Clínica Médica masculina, e a Chefia do Serviço de Cardiologia, da Clínica de Emergências 24 Horas e do Centro Coronariano.

Desempenhou a Presidência do Conselho Geral da Irmandade durante 12 anos.

Na Pontifícia Universidade Católica do Paraná, sua primeira atividade foi como assistente da disciplina de Clínica Propedêutica Médica.

Em 1972, assumiu a chefia da disciplina e, em 1975, a Coordenação da Disciplina de Cardiologia.

Em 1978, assumiu as funções de Diretor do Curso de Medicina da Universidade Católica do Paraná e a Subchefia do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde.

Em 1979, foi nomeado para a Direção do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, onde permaneceu durante 6 anos.

Completo suas atividades na PUC/PR, desempenhando as funções de Assessor da Reitoria.

Pela Universidade Federal do Paraná, desempenhou as funções de Pró-Reitor da Pró-Reitoria de Órgãos Suplementares.

Membro titular fundador da Academia Paranaense de Medicina.

Membro fundador da Sociedade Paranaense de Cardiologia.

Titular da Cadeira nº 39 da Academia Brasileira de Medicina Militar.

Membro correspondente da Academia Nacional de Medicina.

No Instituto Paranaense dos Cegos, desempenhou a Presidência do Conselho Deliberativo durante 10 anos.

PROJETO DE LEI Nº 008/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Executivo Estadual autorizado a revogar a alínea "I", do inciso I, do artigo 14, da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996.

Art. 2º - Ao artigo 14, inciso II, da mesma lei, fica acrescentada alínea "p", com a seguinte redação:

"p) prestação de serviços de telefonia".

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.02.98.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Um dos aspectos determinados para o desenvolvimento nacional é a melhoria da infra-estrutura, notadamente a de telecomunicações. O Brasil, no período recente, vem vivenciando uma notável ampliação desse serviço através de substanciais investimentos na estrutura já instalada e na criação e extensão de novos serviços, como por exemplo, a telefonia celular.

Para possibilitar um maior aporte de recursos ao setor, necessários à sua modernização, a privatização vem avançando a largos passos. Em consequência disso, cada vez mais torna-se acessível à população os serviços de telefonia fixa ou móvel.

Diante disso, é inevitável a popularização dos serviços de telefonia, o que tem permitido que famílias de baixa renda já tenham à sua disposição esse meio de comunicação.

Considerando que em tempo próximo o acesso à telefonia será nos moldes do que acontece hoje com o fornecimento de energia elétrica, fato que amplia de modo significativo a arrecadação do ICMS proveniente do serviço, pelo maior número de contribuintes e a realização de seu fato gerador, é defensável que o Estado permita a redução da alíquota, atualmente incidente, para que o mesmo se torne acessível a todos.

É perfeitamente dedutível que a manutenção da atual alíquota possibilitará uma substancial elevação na arrecadação do ICMS pela universalização do serviço, mas, de outro modo, significará um fator limitante à que o mesmo seja disponibilizado especialmente para as parcelas mais carentes da sociedade.

Com o intuito de equilibrar essa equação, o presente projeto, ao propor a redução da alíquota do ICMS dos atuais 25% para 12%, visa manter a arrecadação em níveis condizentes com os valores atuais, já que a base de contribuintes será alargada, e ao mesmo tempo, desonerar o cidadão da carga tributária que se torna excessiva, permitindo o acesso a um maior número de interessados.

PROJETO DE LEI Nº 009/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica permitida a reeleição de dirigentes das instituições de ensino superior mantidas pelo Estado do Paraná.

Parágrafo Único - A reeleição de que trata o caput do presente artigo será permitida por uma única vez, para um mandato consecutivo de 4 (quatro) anos.

Art. 2º - A regulamentação da presente lei no âmbito de cada instituição de ensino superior será definida pelo respectivo Conselho Superior, obedecidas as leis que regem a matéria.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.02.98.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

JUSTIFICATIVA:

A reeleição para definição dos mandatários aos cargos públicos, nos mais diferentes níveis de direção, vem sendo gradativamente institucionalizada na sociedade brasileira, visando permitir, àqueles que estejam exercendo um cargo eletivo, a recondução ou não para o mesmo cargo eletivo, pela vontade manifestada, pelo voto, por quem de direito.

Assim é que para os mais altos postos da Administração Pública brasileira tal instituto já foi legalmente autorizado, o Presidente da República, Governadores de Estado e Prefeitos Municipais já podem se submeter ao crivo popular e se recandidatarem.

Nas Universidades Públicas Federais, a reeleição está prevista na Lei nº 9192, de 21 de dezembro de 1995, em seu artigo 1º, parágrafo único:

"Art. 1º - ...

Parágrafo Único - No caso de instituição federal de ensino superior, será de quatro anos o mandato dos dirigentes a que se refere este artigo, sendo permitida uma única recondução ao mesmo cargo, observado nos demais casos o que dispuserem os respectivos estatutos ou regimentos, aprovado na forma da legislação vigente, ou conforme estabelecido pelo respectivo sistema de ensino".

Nas Instituições de Ensino Superior mantidas pelo Governo do Estado do Paraná já é permitida a recondução, por mais um mandato e para o mesmo cargo, para diferentes níveis de direção e de representação.

Ora, se a tendência que se verifica na maior parte das Instituições é a permitir a recondução, por mais um mandato, não há porque vedar esta possibilidade aos dirigentes máximos das Instituições de Ensino Superior Público mantidas pelo Governo do Estado do Paraná.

Por isto, propomos, através do incluso projeto de lei, a permissão de reeleição de dirigentes das Instituições de Ensino Superior mantidas pelo Governo do Estado do Paraná, por uma única vez, com mandato de 04 (quatro) anos, delegando a regulamentação da presente lei no âmbito de cada Instituição de Ensino Superior, para o seu Conselho Universitário ou correspondente, obedecida a legislação pertinente.

PROJETO DE LEI Nº 010/98

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica alterada a redação do art. 1º da Lei nº 7240, de 24 de outubro de 1979, que declarou de Utilidade Pública o Lar e Creche São Vicente de Paulo, de Rio Azul, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Lar São Vicente de Paulo, com sede e foro no Município de Rio Azul".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.02.98.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A motivação do presente plano de lei é de somente alterar a denominação da entidade que foi declarada de Utilidade Pública pela Lei nº 7240, tendo em vista a mudança do nome do Lar e Creche São Vicente para Lar São Vicente de Paulo.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 011/98

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Sr. José Anunciação dos Santos.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.02.98.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

O título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, que ora proponho, que seja concedido ao Sr. José Anunciação dos Santos, encontra amparo legal na Lei nº 5638, publicada no Diário Oficial do Estado, no dia 14/09/67.

O Sr. José Anunciação dos Santos é natural do Município de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais, nascido em 25/03/31, filho de José Luciano dos Santos e Celina Valoril Ribeiro, casado com a Sra. Irene de Moura dos Santos, com quem teve 04 filhos: Elizeu, Elias, Eliezer e Enéas.

O Sr. José Anunciação dos Santos, que sempre dedicou sua vida em prol das causas sociais, especialmente às pessoas e famílias carentes, orientando-as e promovendo-as o bem estar social, e graças a esse profícuo trabalho, entre outros junto à comunidade, foi ordenado Ministro Evangélico pela Convenção das Igrejas Evangélicas Assembléia de Deus no Estado do Paraná, em 25/02/66, onde exerce a função de Pastor-Presidente da Igreja Assembléia de Deus do Município de Campo Mourão, há mais de 30 anos, tendo ainda sob sua responsabilidade a administração eclesiástica dos Municípios de Luziania, Janiópolis, Iretama, Nova Tebas, Nova Catanduvras, Altamira do Paraná, Campina da Lagoa, Ubiratã, Mamborê, Juranda, Mato Rico e Roncador do Oeste.

O Pastor José Anunciação dos Santos, que goza de alto conceito perante a sociedade que convive, também, por tratar-se de pessoa proba, e prestar relevantes serviços à coletividade, especialmente no encaminhamento e orientação, visando a promoção e reintegração das pessoas menos favorecidas, nos leva propor-lhe o título de Cidadão Honorário de nosso Estado, como justo reconhecimento de nossos cidadãos a este, que é, sem sobra de dúvidas, um exemplo digno de ser seguido.

PROJETO DE LEI Nº 012/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - As tarifas de pedágio das rodovias estaduais deverão ter

seus valores fixados proporcionalmente à quilometragem efetivamente percorrida pelos usuários.

§ 1º - A cobrança das tarifas previstas no caput obedecerá os seguintes procedimentos:

I - Nos principais acessos ou na primeira praça de pedágio, o usuário receberá um bilhete, no qual estará registrada a quilometragem do percurso a partir do ponto em que ele entrou na rodovia.

II - Ao sair da rodovia, na última praça de pedágio ou acesso, o usuário apresentará o bilhete para que seja efetivada a cobrança do valor correspondente à quilometragem percorrida.

§ 2º - Todas as praças de pedágio e acessos principais das rodovias deverão possuir equipamentos adequados à emissão dos bilhetes e ao cálculo da quilometragem percorrida pelo usuário para o estabelecimento do valor da tarifa.

Art. 2º - Em nenhuma hipótese a tarifa poderá exceder o valor equivalente a 40% do custo do curso médio do combustível consumido no trecho percorrido pelos veículos automotores de passeio e 80% pelos demais, calculada na forma a seguir especificada:

I - No caso de veículos de passeio através da média aritmética do consumo de combustível, verificado em 10 modelos nacionais;

II - Nos demais casos, calculada com base no consumo de combustível verificado em 3 categorias, sendo as duas primeiras classificadas pelo número de eixos e a terceira, diferenciada, para veículo de transporte de cargas perigosas.

Art. 3º - Nos trechos das rodovias que atravessam áreas urbanas municipais é obrigatória a implantação de vias marginais de uso e não tarifado.

Art. 4º - Não serão pedagiadas:

I - distâncias inferiores a 80 quilômetros;

II - rodovias que não ofereçam:

1) pistas duplicadas com no mínimo duas faixas de direção em cada pista e acostamento;

2) manutenção adequada e periódica da sinalização e da pavimentação das pistas e acostamentos;

3) serviços de apoio aos usuários, incluindo, no mínimo:

- a) serviços de guincho;
- b) socorro auto-mecânico;
- c) postos de socorro médico e equipados com ambulância para atendimento de emergência;
- d) telefones de emergência a cada 1 (um) quilômetro.

Art. 5º - As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta do orçamento programa da Secretaria de Estado dos Transportes, suplementadas se necessário.

Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.02.98.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Em praticamente todo o país a opção para a conservação e ampliação da infra-estrutura viária tem sido a implantação de inúmeros pedágios ou a concessão dos sistemas rodoviários à iniciativa privada.

A União e a maioria dos Governos Estaduais estão implantando o programa de concessão das rodovias. Estas iniciativas têm causado preocupação entre os usuários da rodovia, que terão que pagar inúmeras tarifas elevadas, além dos transtornos em que os moradores dos municípios que margeiam a rodovia, em trechos urbanos vêm sofrendo, pois não apenas tendo que pagar para ir ao trabalho, à escola e às compras, como também sofrendo as agruras do trânsito e da degradação das vias públicas, provocadas pelos inúmeros automóveis e caminhões que tentam desviar das praças de pedágio da rodovia.

As propostas do Governo apresentam o custo mais alto de pedágio, chegando, proporcionalmente, a superar os custos europeus. Na Espanha, o custo médio do pedágio atinge apenas metade do custo do combustível. No Brasil, entretanto, pelo fato de ser um país subdesenvolvido, onde o poder aquisitivo médio da população é muito inferior aos padrões europeus, há a necessidade de limitar como teto máximo um valor menor, como o proposto neste projeto de lei, qual seja, 40%.

A definição de regras adequadas e mais justas para a nova política de pedagiamento é fundamental para que os usuários não sejam prejudicados com as tarifas impagáveis, mas também e principalmente, para que a política de propiciar condições de desenvolvimento não seja prejudicada, pois, certamente, os valores elevados do pedágio, cobrado dos transportadores de carga recairão nos consumidores.

Por esses motivos, o projeto ora apresentado pretende que a partir dessas regras tenhamos um princípio de cobrança por quilometragem percorrida, muito comum em países desenvolvidos e uma política de preços compatíveis com o nosso poder aquisitivo e com o nosso estágio de desenvolvimento. Pretendemos, ainda que a regulamentação da lei preveja, para os contratos futuros de concessão, um sistema de cobrança eficaz e um conjunto de obras para que a localização das praças de pedágio não provoque os problemas de recurso, em curta distância, que muito tem afetado as faixas urbanas dos municípios circunvizinhos às principais rodovias.

PROJETO DE LEI Nº 013/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar no Município de Paranavaí, o Núcleo Regional da Secretaria de Estado de Indústria e Comércio, com o objetivo de implementar, profissionalizar, e desenvolver as atividades industriais e comerciais da Região Noroeste do Estado do Paraná;

Art. 2º - O Poder Executivo adotará mecanismos para a criação deste núcleo através de Programas de Governo e inclusões orçamentárias futuras, devendo ainda gerar fomentos e incentivos através daquela Secretaria de Estado para o desenvolvimento daquela região do Estado do Paraná;

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data da publicação;

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.02.98.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

Com o advento do Projeto de Lei 374/97, de minha autoria que tramita nesta Casa de Leis, e que cria o Pólo Agro-Industrial da Região Noroeste, fez crescer a necessidade de se instalar um Núcleo Regional da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio, que venha a implementar e nortear uma verdadeira melhoria de qualidade e de aumento de produtividade naquele município.

O Pólo Agro-Industrial de Paranavaí fortalecerá a base produtiva da região que hoje é formada de fruticultores de várias espécies, tem pecuária desenvolvida com produção significativa de carne, couro e recentemente abrigou a instalação da indústria de laticínios onde são embalados diariamente milhares de litros de leite do tipo "longa vida". É um município onde a mandiocultura é expressiva com área atual de plantio de mais de 30.000 hectares, além de estar renovando seu plantio de café, antiga vocação paranaense, com aproximadamente 20.000.000 (vinte milhões) de mudas.

Com certeza, a Região Noroeste que é hoje basicamente agrícola, terá com a implantação deste Núcleo Regional, a possibilidade de participar de um desenvolvimento integrado com outras regiões e com acesso a novas tecnologias, pela instalação orientada de novas indústrias, que favorecerão sobremaneira a oferta de empregos e a qualidade de vida.

O Município de Paranavaí, já demonstrou que reúne condições necessárias para liderar um pólo agro-industrial e um núcleo daquela Secretaria de Estado que direcione e fomenta a industrialização onde despontam especialmente o segmento moveleiro, de confecções, de laticínios, joalheiro, além de outras indústrias que ali estão sediadas.

Paranavaí, assim como outros municípios da região noroeste, reúne requisitos fundamentais para proporcionar a melhoria da qualidade de mão-de-obra, e agregar a estes valores já instalados, os pequenos produtores, proporcionando a verdadeira integração destes na economia globalizada que se anuncia.

Paranavaí então se destaca na região, em três frentes - agricultura, indústria e comércio - onde o fomento do governo estadual e os investimentos norteados são fundamentais para o

aproveitamento dos recursos que dispõe.

A Região Noroeste, e principalmente Paranavaí, possui mais do que condições favoráveis para abrigar o núcleo daquela Secretaria de Estado, porque possui potencial suficiente para transformar idéias em riquezas.

Assim sendo, a preparação que o novo mercado globalizado exige, nos leva a propor projetos de relevância que produzam o real desenvolvimento que será norteadado pelo Núcleo Regional da Secretaria de Estado de Indústria e Comércio da Região Noroeste sediado no Município de Paranavaí, projeto pelo qual solicitamos o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 014/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica estabelecido, de acordo com os artigos 154 e 155 da Constituição do Estado do Paraná, que em toda a vistoria realizada em território paranaense, visando identificação de áreas para fins de reforma agrária pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, haverá a participação de um técnico da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, de um técnico da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB e de um técnico do município onde ocorrer a vistoria.

Parágrafo Único - A indicação, de que trata o caput do artigo anterior, ficará a cargo dos respectivos Secretários de Estado e do Prefeito Municipal.

Art. 2º - Para efeito de desapropriação de imóvel rural para reforma agrária, em território paranaense, não serão consideradas improdutivas as áreas de Preservação Permanente, Reserva Legal e aquelas consideradas de uso limitado, nos termos da Legislação Ambiental vigente.

Art. 3º - A implantação de projetos de reforma agrária dependerão de prévio licenciamento do Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

Art. 4º - Fica, também, estabelecido o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos -

SEMA, poderá dar início a trabalhos de identificação de áreas passíveis de reforma agrária.

Art. 5º - Em casos de extrema urgência e sempre levando em conta o interesse do Estado do Paraná e a paz social, fica autorizado o Poder Executivo, aproveitando os trabalhos de identificação a que se refere o artigo anterior, a desapropriar áreas de terras, mediante justa e prévia indenização em dinheiro.

Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.02.98.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A reforma agrária tem-se apresentado como uma questão complexa, cuja solução envolve, igualmente, uma gama de situações polêmicas. Atendendo a essa complexidade, a União acaba de propor a descentralização do programa de execução da política de terras, envolvendo os Estados e municípios - além de contratar financiamento junto a agências multilaterais de fomento para suportar tal esforço de modernização das relações de propriedade no meio rural.

Visando essa anunciada parceria com o Governo Federal, representado na área pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, o Governo do Estado instituiu, no ano passado, uma Assessoria Especial para Assuntos Agrários, de modo a se fazer presente na questão, acompanhando as demandas e de adiantando aos problemas - de modo a exercer na plenitude as autonomia e as responsabilidades constitucionais da Administração pública no território do Paraná.

Em adição a tal esforço vimos oferecer o presente projeto de lei, que tem por objetivo agilizar e elevar a qualidade técnica dos procedimentos e serviços levados ao campo, viabilizando uma atuação conjunta com o Governo Estadual e do Município em apoio ao órgão federal, nas identificações de áreas passíveis de aproveitamento e em qualquer vistoria para fins agrários.

O projeto de lei apresentado traduz, ainda, a necessidade de maior colaboração do Governo Estadual e do Município nos processos de vistoria do INCRA; atendendo a que os técnicos dessas jurisdições irão complementar a análise da questão sob o ponto de vista regional e com isso atender os anseios do povo paranaense. O Governo Federal analisa os processos atendendo os interesses da União, sendo, então, positivo e saudável o acompanhamento dos feitos por parte de representantes do Estado e dos Municípios, para robustecer e tornar mais efetiva tal análise, sob a hierarquia de fatores vinculados à situação real de cada área envolvida no processo de aproveitamento e distribuição dos recursos fundiários disponíveis no território do Estado do Paraná.

Sob o ângulo técnico, por fim, o projeto traduz a necessidade de se buscar a sustentabilidade rural no Estado do Paraná, com participação efetiva dos Governos Estadual e dos Municípios na identificação das raízes do processo de modernização e de sistemas de assentamento que traduzam o conceito normativo de desenvolvimento rural por meio de um conjunto de soluções específicas para a área territorial, a cultura e a localidade visada.

Tal sustentabilidade deve ser dirigida à obtenção de uma configuração rural mais equilibrada, a melhor distribuição territorial dos assentamentos decorrentes da revisão agrária.

O sucesso da reforma agrária no Estado do Paraná depende da participação efetiva do Governo Estadual e das administrações municipais interessadas. As soluções obtidas nesse campo devem ser equitativas, sustentáveis, viáveis e, sobretudo, recebidas pela comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 015/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a enquadrar os ocupantes do cargo de Atendente de Enfermagem que concluíram o curso para Auxiliar de Enfermagem, na Universidade Estadual de Londrina - UEL, em virtude da Lei nº 7498, de 25 de junho de 1986.

Art. 2º - A presente lei será regulamentada pelo Poder Executivo no

prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.02.98.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

A Lei Federal nº 7498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o exercício da enfermagem, exclui o atendente desta como categoria profissional. Já a Lei Federal nº 8967, de 28 de dezembro de 1994, veio alterar a lei anterior em seu artigo 23, assegurando a estes atendentes admitidos antes da regência da Lei nº 7498/86 o exercício das atividades elementares da enfermagem.

Sobre a definição e especificação das atividades elementares de enfermagem executadas por pessoal sem formação específica, com ações de fácil execução e entendimento, adquirido por meio de treinamento ou prática, encontra-se na Resolução 186/95 do COFEM.

Os atendentes de enfermagem da Universidade Estadual de Londrina estão capacitados e já realizam atividades atinentes aos auxiliares de enfermagem. O Hospital Universitário, desde 1996, vem profissionalizando os mesmos, com o fim de capacitá-los para este exercício.

Por estes atendentes já estarem ocupando as vagas de auxiliar de enfermagem, por praxe administrativa da UEL, propomos o justo enquadramento destes atendentes, pelo qual esperamos a aprovação deste projetos pelos ilustres pares desta colenda Casa de Leis.

PARECER PRÉVIO

A pedido do Deputado Irineu Colombo, foi analisado por essa assessoria a solicitação de estudo legal para enquadramento dos ocupantes do cargo de Atendente de Enfermagem que concluíram o curso para Auxiliar de Enfermagem para cargo de Auxiliar de Enfermagem, na Universidade de Londrina - UEL, em virtude da Lei nº 7498/86, que determinou a extinção do cargo de Atendente de Enfermagem até o ano de 1996.

Embora apresentada pelos interessados os aspectos legais referentes à matéria em questão, a própria entidade indeferiu o pedido baseada em

norma constitucional. Ou seja, o art. 37, II, da Constituição Federal, onde encontramos embasados os Princípios da Administração Pública, que são o da legalidade e o da impessoabilidade. Em outras palavras, o dever irrefutável do administrador público de não fugir ao estrito cumprimento legal e aos limites da lei. O referido artigo reza que a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos. Neste sentido, encontramos os balisados pareceres dos ilustres Celso Bandeira de Mello, do Ministro Moreira Alves, do Supremo Tribunal de Justiça e da própria Justiça Trabalhista local através do Parecer do Juiz Relator da 2ª JCC, confirmada pelo egrégio Tribunal Regional do Trabalho - TRT-PR, através de um Acórdão Unânime da 1ª Turma, relator Juiz Délvio José Machado Lopes. Outrossim, a UEL se baseia no seu próprio regulamento para negar provimento ao pedido solicitado.

Realmente, a matéria vem a ferir o ditame constitucional, pela falta de concurso público e a ocorrência de existência de vagas (a qual subentende-se não existir atualmente), pois a transposição de servidor público em cargo de conteúdo ocupacional diverso para o qual prestou concurso, somente é possível mediante aprovação em novo concurso público para este cargo e desde que haja vagas existentes. Por outro lado, vale ressaltar ser da competência privativa do Chefe do Poder Público Estadual prover os cargos públicos estaduais, assim como, dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Estadual - art. 87, XVI e VI. Pelo que entendemos, não poder ser sob hipótese alguma, desrespeitada, embora a questão seja sensível e delicada a situação presente dos atuais servidores.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.12.97.

(aa) SEVERO OLÍMPIO SOTTO MAIOR

Diretor Legislativo

IDÍLIA DÉBORA GINESTE

Advogada - OAB nº 13.059/PR

PROJETO DE LEI Nº 016/98

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Sr. Carlos Marchioro.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.02.98.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

O título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, que ora proponho, seja concedido ao Sr. Carlos Marchioro atende o disposto na Lei nº 5638, publicada no Diário Oficial do Estado, no dia 14/09/67.

O Sr. Carlos Marchioro é natural do Município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná, nascido em 16/08/33, filho de Luiz Marchioro e Matilde Logato Marchioro, casado com a Sra. Ivanilde Garcia Marchioro, com quem teve 3 filhos: Elionai, Gesiane e Elizabeth.

O Sr. Carlos Marchioro, que em 25/02/66 foi ordenado Ministro Evangélico pela Convenção das Igrejas Evangélicas Assembléia de Deus no Estado do Paraná, exerce a função de Pastor-Presidente da Igreja Assembléia de Deus no Município de Rio Branco do Sul, há mais de 30 anos, tendo ainda sob sua responsabilidade a administração eclesiástica da mesma denominação dos Municípios de Colombo, Cerro Azul, Bocaiúva do Sul, Almirante Tamandaré, Campina Grande do Sul e Itaperuçu.

O Sr. Carlos Marchioro, pastor, é reconhecido e respeitado na comunidade em que vive, pelos relevantes trabalhos que desenvolve em prol da coletividade, não só de orientação espiritual, mas também pelos projetos que realiza na área social, desenvolvendo atividades diversas, de apoio e orientação à pessoas e famílias carentes, procurando integrá-las à comunidade, oferecendo-lhes as melhores condições de vida, tornando-se assim, um líder espiritual, para toda região, independente de credo, cultura, raça ou cor da pele.

Por esses méritos, é que proponho a concessão do título de Cidadão Benemérito de nosso Estado.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 02-F

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 579/97, de sua autoria, que

objetiva autorizar o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Inácio Martins.

Sala das Sessões, em 17.02.98.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 02-H

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 176/97, de sua autoria, dispondo sobre transporte alternativo intermunicipal.

Sala das Sessões, em 17.02.98.

(a) SÂMIS DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 02-I

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 724/97, de sua autoria, dispondo sobre a concessão de desconto no valor das passagens rodoviárias intermunicipais no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 17.02.98.

(a) SÂMIS DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 02-E

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja autorizada pela Presidência da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a instalação e inauguração no próximo dia 04 de março de 1998, de uma Galeria das Mulheres Deputadas Estaduais que tiveram assento nesta Casa.

O objetivo é o de homenagear as mulheres que cumpriram mandato eletivo nesta Assembléia, quando da comemoração do Dia Internacional da Mulher, que será comemorado no dia 08 de março.

Sala das Sessões, em 17.02.98.

(a) IRONDI PUGLIESI

REQUERIMENTO Nº 02-R

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserido em Ata desta Sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Miguel Zattar, ocorrido nesta capital no último dia 5.

Requer ainda que da manifestação desta Casa seja dado conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 17.02.98.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Miguel Zattar, originário de tradicional família paranaense, nascido em Teixeira Soares, cidade do Sul do Paraná, esteve ligado - desde a origem familiar, à economia madeireira que representou um dos mais importantes ciclos da civilização do Paraná.

Desaparecido aos 60 anos de idade, Miguel Zattar cursou sociologia, política e administração pública ao tempo em que já se dedicava às lides empresariais. Iniciou suas atividades profissionais aos 15 anos de idade nas Indústrias João José Zattar S/A, e com 18 anos assumia uma Diretoria na firma da família, a partir de onde expandiu seus projetos e realizações. Foi presidente do Sindicato do Comércio Atacadista de Madeira do Paraná durante 25 anos. Também presidiu a Empresa Madebrás S/A, primeira "trading" paranaense dedicada ao comércio exterior e foi vice-presidente da Federação do Comércio.

O Sr. Miguel Zattar era casado com a Sra. Carmen de Miranda Zattar, deixando 3 filhos.

Por todos esses registros, justifica-se amplamente a homenagem póstuma que pretendemos firmar ante a memória de Miguel Zattar - empresário de raro descortínio, leal a seus amigos e devotado ao trabalho e à família.

REQUERIMENTO Nº 02-U

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER a consignação em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Horácio Raccanelo Filho, ocorrido no último dia 3, na Cidade de Maringá.

Requer ainda que da decisão do Plenário de sé ciência ao Dr. José Hermenegildo Batista Raccanelo, a Av. Tiradentes, nº 84 - Maringá / PR - CEP 87.013-260.

Sala das Sessões, em 17.02.98.

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

No dia 3 de fevereiro último, a sociedade de Maringá, como de resto todo o Estado do Paraná, recebeu entristecida a notícia do falecimento do

Dr. Horácio Raccanelo Filho, aos 57 anos de idade.

Sua morte chocou a comunidade maringaense que o tinha no mais alto conceito, devido seu alto grau de inteligência e a participação nas causas políticas e sociais.

Foi um dos fundadores do MDB na cidade, partido do qual nunca se desligou, mesmo após a reforma partidária.

Advogado, professor na Faculdade de Direito de Maringá, Horácio Raccanelo Filho foi procurador jurídico do município de Maringá, no período de 1969/1972, tendo sido ainda, Secretário de Estado da Justiça no Governo José Richa, Procurador Geral do Tribunal de Contas no Governo Álvaro Dias e Consultor Jurídico do Estado no Governo Roberto Requião.

A perda de tão distinta figura merecedora do mais alto conceito pelos seus valores profissionais e pessoais, serão sempre motivos enaltecadores de sua memória.

REQUERIMENTO Nº 02-B

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos de voto de congratulações ao empresário e contador Euclides Locatelli, reeleito para a Presidência do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisa no Estado do Paraná - SESCAP-PR, gestão 1998/2000.

Requer ainda que a decisão do Plenário seja comunicada ao homenageado, à Rua Marechal Boodoro, 500, 11º andar / CEP 80.010-911 - Curitiba / PR, telefax 222-8183.

Sala das Sessões, em 17.02.98.

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

Após encerrar a gestão 1995/97, o empresário e contador Euclides Locatelli é reconduzido ao cargo máximo do SESCAP-PR - Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado do Paraná, para até o ano 2000 conduzir a entidade a superar os obstáculos do novo século.

Visando levar qualidade e atualização às empresas e profissionais da área de atuação do sindicato, Locatelli merece o caloroso aplauso desta Casa de Leis e esta justa homenagem,

por sua competência e dedicação ao SESC-PR.

REQUERIMENTO Nº 02-C

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos de voto de congratulações ao jornalista Cândido Gomes Chagas, Diretor Geral da Revista Paraná em Páginas, que completa 33 anos de fundação.

Sala das Sessões, em 17.02.98.

(a) BETO RICHA

JUSTIFICATIVA:

Revista Paraná em Páginas, circulando há 33 anos sob a direção do jornalista Cândido Gomes Chagas, revela a obstinação de um profissional da comunicação que fez do trabalho sua bandeira de vida. Portando um invejável arquivo fotográfico, o "Candinho" tem ultrapassado o tempo fazendo sua crítica e elogios aos acontecimentos que verdadeiramente interessam ao povo paranaense, registrando a história do Paraná e sua gente.

REQUERIMENTO Nº 02-D

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos de voto de congratulações ao ex-Governador João Elísio Ferraz de Campos, reconduzido à Presidência da Federação Nacional das Empresas de Seguros - FENASEG, para a gestão 1998 a 2001.

Sala das Sessões, em 17.02.98.

(a) BETO RICHA

JUSTIFICATIVA:

O paranaense João Elísio Ferraz de Campos foi reeleito por unanimidade para ocupar a presidência da Federação Nacional das Empresas de Seguros - FENASEG, no período de 1998 a 2001. Este será o terceiro mandato do ex-Governador João Elísio como presidente da entidade, comprovando sua capacidade, dinamismo e competência para comandar os destinos da FENASEG.

Com sede no Rio de Janeiro, o ex-Governador, que tantos serviços já prestou ao Paraná, empresta pela terceira vez sua experiência para dirigir a entidade máxima do setor de seguros, que a cada ano tem demonstrado crescimento satisfatório no país.

REQUERIMENTO Nº 01

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, ao Exmo. Sr. Ministro da Agricultura; aos Exmos. Srs. Deputados Federais e Senadores, pelo Estado do Paraná, solicitando empenho no sentido de que seja criada uma "Linha de Crédito Simplificado de Emergência para a Manutenção da Agricultura Familiar na Região Centro-Sul do Estado". Sendo em empréstimo (recursos dos Governos Estadual e Federal), de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) para 23.400 famílias, totalizando R\$ 35.100.000,00 (trinta e cinco milhões e cem mil reais), com subsídio de 50% (cinquenta por cento), e carência de um ano; e pagamento do débito em duas parcelas, nos anos de 1999 a 2000, em equivalência produto-milho.

Sala das Sessões, em 17.02.98.

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

A agricultura familiar da região sofreu perdas elevadíssimas na produção do feijão, do fumo e da cebola, os quais são seus principais produtos de mercado, agravando o quadro de crise das famílias, ampliando o êxodo rural principalmente da juventude, e comprometendo sua segurança familiar.

As perdas foram ocasionadas pelo fenômeno "El Niño", que provocou longo período de chuvas e acentuadas variações térmicas, comprometendo os cultivos desde o plantio até a colheita, com a redução da área cultivada, queda de germinação, comprometimento do desenvolvimento vegetativo com intenso surto de doenças e queda na qualidade do produto colhido.

Na região Centro-Sul do Paraná, 65,6% da produção é rural, sendo que 89% trabalham em regime de economia familiar, ocupando apenas 36% da área agricultável da região e respondendo com a produção de 26% do feijão, 12% da batatinha, 31% da cebola, 48% do fumo, 42% da erva-mate, 4% do milho, produzidos no Estado.

Frente a gravidade da situação das famílias, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Associações de Agricultores, reunidos no Fórum das organizações de Trabalhadores Rurais do

Centro Sul do Paraná, formularam o pedido teor deste requerimento.

Estes dados foram repassados através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Azul, através de seu competente Diretor Presidente, Sr. Lidio Karpinski.

REQUERIMENTO 02-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Exmo. Sr. Ramiro Wahrhaftig, Secretário da Educação, para que seja restabelecida a cobrança da contribuição, paga espontaneamente pelos professores, ao Sindicato.

Sala das Sessões, em 17.02.98.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Os professores contribuem, por desconto em folha de pagamento feito através de autorização, com o sindicato da classe. É através dessa contribuição que sobrevive o sindicato.

Desta forma, Sr. Presidente, o presente requerimento objetiva solicitar que seja reconsiderada a cobrança da contribuição, tendo em vista que a liberdade de expressão pressupõe a liberdade de associação e que os possíveis erros cometidos pela associação no passado não sejam hoje objeto de expiação.

REQUERIMENTO Nº 02-G

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Exmo. Sr. Heinz Georg Herwig, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando providências como o estudo para a construção de um trevo de acesso ao município de Primeiro de Maio, e melhorias na sinalização, uma vez que o mesmo é feito hoje, via acostamento, sendo extremamente perigoso.

Sala das Sessões, em 17.02.98.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 02-S

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso das suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Exmo. Sr. Heinz Georg Herwig, Secretário de Estado dos Transportes, solici-

tando estudo e acompanhamento para a realização de recape da estrada vicinal que liga o Distrito de Pau d'Alho do Sul à PR-090, no Município de Assaí.

Sala das Sessões, em 17.02.98.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A construção desta estrada aconteceu no Governo Álvaro Dias, oportunidade na qual o atual Secretário de Transportes desempenhava a mesma função, e serviu como campo experimental para aplicação de tecnologias alternativas de pavimentação. Caso não se faça a devida restauração, este patrimônio pode vir a sofrer danos irreparáveis.

Desta forma, este Deputado espera ver o presente requerimento aprovado pelos Srs. Parlamentares, como demonstração de apoio à conservação das importantes obras realizadas no Estado.

REQUERIMENTO Nº 02-T

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador Jaime Lerner, para que sejam liberados recursos de urbanização para a Comunidade Vila Esperança, no Município de Curiúva.

Sala das Sessões, em 17.02.98.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Comunidade Vila Esperança, com mais de 320 famílias, em Curiúva, não apresenta as mínimas condições de urbanismo, tais como: definição de lotes, esgoto e instalações sanitárias.

Crianças convivem diariamente com esgoto a céu aberto, sem o mínimo de atendimento, transformando-os assim em potenciais reprodutores do quadro de desolação de pobreza e miséria que a sociedade do Paraná deseja ver estirpado de nosso meio.

Dessa forma, Sr. Presidente, o presente requerimento, objetiva solicitar que sejam liberados recursos para que tais providências venham a ser tomadas.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -
Encerrado o Horário do Expediente.

Concedo a palavra ao Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pala Ordem**) -
Gostaria que o 1º Secretário fizesse a leitura mais perto do microfone, para que todos possam entender.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI - Gostaria que fosse lido a íntegra do expediente.

É um ano eleitoral. Temos que mostrar eficiência e competência. Não podemos ter preguiça de ler.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**) -
Passamos ao Pequeno Expediente.
Com a palavra o Sr. Deputado Valdir Rossoni.
(Declina)

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**) -
Concedo a palavra ao Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ao retornarmos, no início dos trabalhos ordinários desta Casa, não poderia deixar de fazer algumas considerações sobre um fato que, creio ser de extrema importância, e que ocorreu no fim do período da convocação extraordinária, quando pudemos revelar ao Paraná o inteiro teor do verdadeiro escândalo que é o protocolo de acordo entre Renault e o Estado do Paraná.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Bastou ver ontem o olhar de apavoramento do Governador naquela tribuna que, numa postura não convencional, agressiva e na defensiva, transformou um ato que sempre foi civilizado o da leitura da mensagem, que é constitucional, o Governo tem que fazer aqui na Assembléia. Ontem o Governador transformou isso num ato político.

Mas, diga-se aqui, de passagem, foi muito bem apartado pelo nosso companheiro o Deputado Ângelo Vanhoni, que restabeleceu a forma com que deve se portar um Governador quando vem a esta Casa. Sempre tem que respeitar este Poder.

Ontem, vimos na fala do Governador a fala do desesperado. Daquele que não consegue explicar à opinião pública paranaense os benefícios fiscais e financeiros que concedeu a uma empresa chamada Renault do Brasil S/A, que lesa, e muito, o interesse público.

Foi concedido a essa empresa um volume total de isenções e de financiamentos de 3 bilhões de dólares que a

Renault está levando. Um dinheiro limpo, do povo do Paraná.

Na verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Renault está entrando com a marca e com a tecnologia de seus veículos, e isso até alguns questionam, mas não é o caso do meu pronunciamento. Mas, certamente a Renault, pelo famoso protocolo de acordo, que vou pedir, inclusive, Excelência, para inserir nos Anais desta Casa, porque durante, praticamente, dois anos, nós Deputados da oposição, do PMDB, PT, o Deputado José Maria Ferreira do PSDB, tentamos conhecer o que é que estava por trás desse negócio particular que foi feito com a Renault.

E o Governador, ontem, da tribuna, parece que é um homem sem memória ou sem leitura do que ocorre em sua volta.

Tenho me preocupado com o Governador Jaime Lerner, que de arquiteto do ex-Governador Aroldo Leão Peres, Prefeito nomeado de Curitiba, que fez até algumas soluções criativas para a cidade, na verdade, como Governador, ele não tem a dimensão do Estado aonde vive e do momento da nossa história. Até porque ele se pauta na verdade, por um discurso do Fernando Henrique Cardoso, Srs. Deputados, ele chuta as idéias do modelo neoliberal, do Fernando Henrique Cardoso, que é da privatização das empresas públicas, do desmonte do Estado, da criação das organizações sociais, da privatização da rodovia. E se aproveita do famoso momento que estamos vivendo, fruto da instabilidade da moeda, do Plano Real, porque para cá, claro, vieram capitais internacionais e mesmo internamente há um movimento da industrialização do país inteiro.

Mas basta ver o relatório que faz o Governador Brito, do Rio Grande do Sul, o Governador de Santa Catarina, o Paulo Afonso Vieira, o Governador Mário Covas de São Paulo, o Governador Maguito Vilela de Goiás, que é o campeão em popularidade, Governador do PMDB, diga-se de passagem, para verificar o seguinte, Minas Gerais, Rio de Janeiro, todos eles, todos os Governadores anunciam: "olha, estamos recebendo 10, 12, 14, 16, 18 bilhões de dólares de investimentos nos nossos Estados". Esse é o anúncio. Basta ler os jornais: o "Zero Hora", de Porto Alegre, ler os jornais do Rio de Janeiro, de Minas Gerais.

É facilímo de ver que o discurso oficial é o discurso da industrialização, que significa pretensamente, geração de empregos e ao mesmo tempo, é claro, o da privatização, da transferência dos ativos do Poder Público que foram acumulados ao longo dos anos, pelo trabalho de gerações para as mãos de alguns poucos grupos da iniciativa privada ou multinacionais, ou empresas nacionais que estejam, na verdade, consorciadas com essas empresas. Como é o caso, por exemplo, desse escândalo aqui do Paraná, somado com a Renault, que é a questão do pedágio.

Obviamente vamos ter que voltar a este tema, que é na verdade o seguinte: o Governo do Paraná está sendo avalista de uma operação de crédito para contratar empréstimo de um Banco argentino, porque os argentinos se associaram aqui, para explorar as nossas estradas. Esse é o cúmulo do absurdo das questões dos pedágios!

Mas a matriz ideológica, que é a matriz do Governo Federal, certamente tem muito mais compostura do ponto de vista das suas ações. Porque, ao fazermos uma profunda inversão do que contém os protocolos, vamos verificar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, definiria mais ou menos assim: os presentes que o Lerner deu para a Renault. Financiamento de 1 bilhão e 500 milhões de dólares, até isso, porque a conta matemática, que é uma "matemágica", porque o gênio, aquele secretário que, destituído da Secretaria da Fazenda por incompetência de gerir os negócios públicos. O Secretário Giovani Gionédís teve que sair do Palácio, foi administrar o caso, porque se não o Estado não iria pagar nem folha de pagamento pela incompetência do Miguel Salomão.

E o "gênio" vai para a televisão, para as rádios e para os jornais, e fica dizendo o seguinte: "olha, fizemos uma fórmula matemática engenhosa e tal...". Na verdade, a fórmula dele é tão engenhosa que o contrato da Renault tem que ter uma cláusula que diz o seguinte: o máximo que o Estado do Paraná pode emprestar é 1 bilhão e 500 milhões. Porque a fórmula é tão vinculada, única e exclusivamente, aos números, aos dados e ao desempenho que a própria Renault pode saber dela, que o Governo do Estado é incapaz de contar os dados e saber o que de fato pode acontecer. 1 bilhão e 500 milhões de dólares que, até este limite, por

10 anos, carência de 10 anos para pagar - sem juros, sem correção monetária e sem comissões, Deputado Reny Borsatto.

Nenhuma taxa a mais se paga. E o dinheiro é convertido para o real e isto vai resultar no seguinte: segundo um cálculo otimista, se a inflação nos próximos 10 anos ficar em exatamente 5% ao ano, apenas, que é a inflação do mundo civilizado, esse dinheiro que o Estado emprestar para a Renault vai estar valendo este 1 milhão, vai estar valendo 380 mil reais!

Vejam bem a transferência de dinheiro que o Estado está fazendo!

Aí, vem o Governo e diz o seguinte: "mas o dinheiro, esse dinheiro é do ICMS da Renault". Primeiro, é mentira! Porque o FDE, desde 96 já está emprestando dinheiro dos royalties e do Tesouro para a Renault, a tenho como provar isto. O próprio balanço da Renault mostra o quanto foi repassado em 96. E mais, em alguns dias, felizmente, há bons técnicos no Governo inteiro que nos dão informações, vou ter os números de 97. E estes dados, do que o Estado está emprestando, há uma parte saudável do protocolo da Renault. Qual a parte saudável? É a prorrogação do prazo do recolhimento do ICMS. É a única parte saudável da atração da Renault para o Paraná, porque é uma receita que o Estado poderia abrir mão durante um período, para recebê-lo mais na frente.

Mas o que vai ocorrer? Vai ocorrer que durante 4 anos a Renault não recolherá o ICMS. De cada veículo que a Renault vender, ele tem embutido no preço 12% de ICMS que o consumidor paga ao comprar o veículo. Como ninguém vai pagar esse ICMS, esse dinheiro vem limpinho, Presidente, para as mãos da Renault. A Renault vai acumular 1 bilhão de reais nesses 4 anos, de capital de giro, com o dinheiro do ICMS.

Vejam bem os senhores: hoje, os títulos da dívida pública da união, aplicando no mercado financeiro, 1 bilhão, hoje, você teria aproximadamente, a um juro de 34%, que é a taxa que o Governo está pagando hoje, você teria uma receita anual de 340 milhões de reais.

Os senhores sabem quanto é que a Renault vai ter que pagar no 5º ano de ICMS? Duzentos milhões! Ou seja: com o próprio dinheiro do Estado, para, ela ainda vai sobrar 140 milhões, pagando

o ICMS. E em cima disso ela vai estar recebendo o financiamento de 1 bilhão e 500 milhões de dólares.

Então, os senhores vejam que os números, somada a participação acionária de 300 milhões de dólares, porque quem está construindo a fábrica da Renault é o Governo do Paraná. É ele que está colocando o dinheiro. Já colocou 92 milhões e a Renault não coloca em dinheiro, coloca a participação acionária dela em outros tipos de ativos. E o FDE só pode colocar - porque o Estado usa o Fundo de Desenvolvimento Econômico para transferir esse dinheiro - só pode colocar em dinheiro, e as ações que o Estado possui, e já possui da Renault, são as ações preferenciais tipo B, as ações sem direito a voto, as ações tipo A, com direito a voto, são única e exclusivamente da Renault S/A. E vejam bem, que o Estado do Paraná tem 40% do negócio, 40% é da Renault.

Então, pergunto, qual é o empresário paranaense pequeno, médio ou grande, nós que perdemos empresas importantíssimas. Li, ainda, outro dia, que a Batavo foi comprada por uma multinacional, a Parmalat. A Eletrolux que comprou a Prosdócimo, demitiu 500 empregados, depois mais 300, e vai demitir mais 200 agora, tem menos de 1000 empregados, e ganhou, diga-se de passagem, uma participação no Programa Paraná Mais Empregos.

O Sr. Orlando Pessuti - É geração de desempregos, então, Deputado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - É exatamente isso. Na verdade, é o seguinte, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ontem, ouvi o Governador falar em criar 480 mil empregos. Essa mentira, vou falar que é mentira.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Vossa Excelência usou os 5 minutos e os 10 minutos do horário da liderança, e tem 2 minutos para terminar seu pronunciamento.

Vossa Excelência tem mais 5 minutos, cedidos pela liderança.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Na verdade, Excelência, esse tema é extremamente complexo, e não poderia, desta tribuna, falar pela metade sobre esse assunto. Tenho visto, Srs. Deputados que tomaram conhecimento desta matéria, me indagando. Tenho explica-

do, e na verdade, por mais que politicamente esteja ao lado do Governador, há de se questionar. Não é possível que haja um desmonte da empresa paranaense, da empresa nacional, a favor de uma única empresa multinacional.

Além disso, o Estado doou ilegalmente um terreno de 2 milhões e 500 mil metros quadrados, com uma área de mais 500 mil metros, com um prazo de 10 anos para a Renault poder utilizar. Esse terreno custou 12 milhões, toda a terraplanagem e drenagem do terreno, são 18 milhões e meio que a COMEC contratou diretamente com a empreiteira OAS, que aliás é muito interessante o caso da OAS, ela não executou a obra, ela subcontratou empreiteiras, é uma coisa muito estranha isso. Construção da famosa subestação de energia elétrica por 15, 16 milhões de reais, somada com uma tarifa de energia elétrica com desconto de 25%.

É por isso que saíram com a história das hidrelétricas, que o ICMS vai para São Paulo, é para justificar que eles deram um desconto de 25%, e ainda, Deputado Edgar Bueno, o senhor que é um homem do comércio, sabe que a Renault pode utilizar 100% dos créditos do ICMS, e pode pagar a energia elétrica com o ICMS, todo ele. O ICMS que é do Estado ele não paga, é financiado por 4 anos e ela paga a energia elétrica, inclusive entre outros fornecedores, já com desconto de 25%.

Tratamento diferenciado no Porto de Paranaguá, no Aeroporto Afonso Pena, e aí vem as isenções que o município deu de IPTU por 10 anos, ISS do Grupo Renault, isenção das taxas e contribuições municipais, ou seja, é um conjunto de benefícios tão grande que foram concedidos à Renault, que quero dizer o seguinte: a Renault é um negócio particular. Ela tem que ser muito bem analisada, do ponto de vista dos interesses que ela movimenta.

Tenho recebido informações preocupantes, inclusive muito preocupantes sobre pessoas que estão envolvidas com a Renault, sobre o negócio que se transformou a Renault.

Creio que não pode mais o empresário paranaense bater à porta do nosso BANESTADO, e o nosso Banco, que infelizmente ainda continua numa situação muito difícil, não consegue nenhuma linha de crédito, hoje, nem de desconto de duplicata.

O Sr. Orlando Pessuti - Deputado Romanelli, é sobre esse item que queria falar, em apoio à manifestação de Vossa Excelência.

Nos últimos 6 meses temos perambulado pelo BANESTADO, pelo BRDE - o BRDE ainda tem feito alguma coisa em favor de alguns pequenos empresários - só quero citar aqui o caso, não vou dizer o nome do município, nem da empresa, por uma questão de respeito, não me autorizaram que assim dissesse. Mas, na região do médio Centro-Oeste do Paraná, uma empresa pleiteou 60 mil reais para garantir 40 empregos. Na região do Vale do Ivaí, 15 mil reais, 05 empregos. São José dos Pinhais, 72 mil reais, 15 empregos. No Município de Pinhais, 500 mil reais, para manter 150 empregos. E no Vale do Ivaí, 1 milhão de reais, para garantir 210 empregos. Se somarmos, dá 1 milhão e 500, 1 milhão e 650 mil reais, que garantiriam ao redor de 400 empregos manteriam, pelo menos, uns 250 já existentes e acrescentaria, pelo menos, uns 150 empregos novos.

Pois bem. Essas empresas, há mais de 6 meses, 1 ano, lutam junto ao BANESTADO, Secretaria de Indústria e Comércio, FDE, BRDE, e não vêem as suas situações equacionadas. Sem falar de algumas empresas de grande porte, também lá na região do médio Centro-Oeste do Paraná, que estão pleiteando.

Então, o que nos deixa numa situação, realmente, de indignação, nos deixa numa situação de tristeza, como paranaense, é que essas empresas legitimamente instaladas no nosso Estado, empresas de pessoas que têm tradição, não só por terem nascido aqui no nosso Estado, mas que têm uma tradição de trabalho, essas empresas não encontram nenhum tipo de apoio para que possam permanecer e ampliar os seus negócios. E elas estão dispostas a terem esses financiamentos, pagando correção monetária, pagando juro de 1% ao mês, ou coisa parecida.

Pois bem, essas empresas nada conseguem. E o absurdo de tudo isso é que o ICMS que essas empresas estão gerando, esses recursos que vêm para o Tesouro do Estado, que daí numa mágica, nessa "matemática", como diz Vossa Excelência, acabam indo para o FDE, ou acabam indo para a Renault, para devolver, daqui há 10 anos, sem juros e sem correção monetária.

Realmente, isso nos deixa indignados e nos deixa realmente entriste-

cidos. Acho que este é o termo que devemos usar com a postura do Governador que veio aqui chamar aqueles que defendem o Paraná, que defendem as empresas paranaenses, de detratores do povo paranaense.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Vossa Excelência tem mais um minuto para concluir, e mais o horário do PT, cedido pelo ilustre Líder Deputado Péricles Mello.

O Sr. Péricles Mello - Só queria acrescentar mais alguns aspectos, Deputado Romanelli.

Em Ponta Grossa, existe uma empresa chamada Impar, que está fechada, e com poucos recursos o Governo poderia criar mais de 1000 empregos em Ponta Grossa. Só para completar os exemplos que o Deputado Orlando Pessuti está oferecendo.

Mas, queria levantar mais um aspecto, que é o aspecto da impessoabilidade dos negócios públicos. Acho que esta é uma tese interessante, Deputado Luiz Claudio Romanelli, e se ainda existe um pouco de justiça neste país, um mínimo de independência entre os Poderes, devemos bater nessa tecla.

Ora, o negócio público tem que ser impessoal para justamente impedir a corrupção, a negociata, a maracutaia. Quando um governo não tem regra nenhuma a seguir para oferecer o que ele quiser de dinheiro, para quem ele quiser, como ele quiser, a impessoabilidade desaparece.

Por isso que as regras têm que ser claras. Por exemplo, pegamos Ponta Grossa, a Prefeitura, lá existiu sempre um programa de apoio às indústrias mais transparente, e claro, uma série de indústrias se inscreviam e se fazia uma seleção sob critérios. Isso é impessoabilidade.

Agora, da forma como estão estes negócios do Paraná, levantasse suspeição sobre o Governo, porque o Governo escolhe e diz assim: "olha, eu repasso 1 bilhão e 500 milhões de reais, desde que uma porcentagem fique na mão de alguém". Não é que ele tenha feito isso, é que esta atitude permite que se haja assim.

No meu entender, fere frontalmente os princípios da Constituição do País. Acho que essa questão, temos que levantar para discussão do povo do nosso Estado.

Muito obrigado!

O Sr. Valdir Rossoni - Deputado Romanelli, ouço com atenção e estava aguardando o horário da liderança do Governo, para fazer o meu pronunciamento, mas vejo a posição do Deputado representante de Ponta Grossa, falando sobre a questão da Impar, e quero dizer ao Deputado que o Governo está achando uma solução para a Impar.

Poderia responder em poucas palavras ao Deputado de Ponta Grossa, que se apega apenas a uma questão: os investimentos que conseguimos colocar em Ponta Grossa hoje, são em torno de 1 bilhão de dólares. Está sendo colocada em Ponta Grossa uma fábrica de pneus denominada Continental Pneus; a Tetra Pak, de embalagens; a Sadia Alimentos; a Carpet; a Kaiser, enfim, depois farei o meu pronunciamento, está é apenas uma pequena resposta ao Deputado de Ponta Grossa, que lastimou a questão da Impar, até para tranquilizá-lo.

Gostaria que Vossa Excelência tivesse um pouco de paciência, e não sei por que, quando tenho oportunidade de fazer meu pronunciamento ou pedir aparte, geralmente sou interrompido indevidamente. Gostaria que o Deputado Romanelli, antes de começarmos a discutir esta transformação que o Governador Jaime Lerner está fazendo no nosso Estado, que Vossa Excelência, antes de fazer qualquer crítica aqui nesta questão, deveria começar a discutir do BADEP.

Quando Vossas Excelências aqui cobram atitudes do Governo do Paraná para socorrer as médias e pequenas empresas do Estado e sabem muito bem que isto não é só responsabilidade do Governo do Estado e o Governo já está tomando as medidas para se ter uma agência de fomento neste Estado, porque devido à questão do BADEP, o Estado, hoje, não tem uma agência repassadora de recursos para socorrer as empresas paranaenses. Mas, este é um debate longo, que vai durar este ano inteiro, porque este é um ano de eleição.

Agora, sei que é doido, Deputado Romanelli, para quem governou o Paraná por 8 anos e ao invés de industrializar este Estado, continuou na dependência do Estado de São Paulo.

Como última pergunta, e depois faço o meu pronunciamento: Vossa Excelência está defendendo os interesses do Paraná ou está defendendo os inte-

resses do Governo do Estado de São Paulo?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Olha, Deputado Rossoni, não vou ser deselegante com Vossa Excelência, porque não é da minha índole, embora o meu sangue esteja fervendo para dizer exatamente os interesses de quem estou defendendo, mas, quero dizer que este Governador é o gerador de desemprego, é o campeão, e vou provar com números, aliás, quero dizer que o Governo tentou esconder o que tinha dentro do protocolo, Deputado Valdir Rossoni, porque tinha vergonha de encarar a opinião pública.

Depois que revelamos, ele desencadeou uma campanha brutal, manipulando os veículos de comunicação, para que só notícias boas e favoráveis lhe fossem dadas. A pesquisa do Datafolha fez valer aquela velha máxima de que "com fogo no rabo, até a preguiça acorda". Quando ele viu que o Álvaro Dias estava fungando no cangote, ele de fato acordou.

E digo mais, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Nós paranaenses que nos orgulhamos do Paraná, não dos senhores que têm vergonha do nosso Estado, que falam do Paraná como se não fosse o nosso Estado um Estado rico. O nosso problema, Deputado Valdir Rossoni, é que a elite que o senhor e seu Governo representam, é uma elite que está apodrecida e enriquecida, é uma elite que se acostumou a mamar nas tetas gordas do Estado. E é por isso que cada vez mais temos uma população mais pobre e terrivelmente desigual é a distribuição de renda, porque o nosso Estado é o contrário do que apregoa Vossa Excelência. É um Estado rico o Estado do Paraná, é um Estado que tem base industrial e se temos hoje um Estado que nos orgulhamos, Vossas Excelências não criaram absolutamente nenhum emprego, ao contrário, desempregaram nesses 3 anos.

Vossas Excelências, na verdade, não têm justificativa, porque querem, inclusive, mostrar um Paraná que não foram os senhores que construíram, foram os ex-Governadores do PMDB e os outros ex-Governadores, o Ney Braga, o Jaime Canet e tantos Governadores que prestaram serviços relevantes ao Paraná. Mas nenhum deles teve a audácia e a coragem de entregar o patrimônio público, como fez esse Jaime Lerner.

A história vai julgá-lo e tenho certeza que o povo paranaense vai acordar no dia 5 de outubro, dando um basta a esta verdadeira orgia com o dinheiro público. Tenho certeza que o povo não vai querer acordar com o Jaime Lerner governador.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vamos tomar uma série de medidas judiciais, tanto no âmbito do judiciário paranaense, quanto no âmbito da justiça federal. Vamos, sim, preservar a parte saudável do que consideramos uma política justa, até porque fomos nós que criamos o programa Bom Emprego Fiscal, que resultou no Paraná Mais Empregos, que foi um instrumento eficiente para o Estado do Paraná, mas certamente a parte imoral deste contrato, esta transferência de dinheiro público para esta empresa privada, não vamos aceitar, e tenho certeza que a justiça vai, Deputado Luiz Carlos Zuk, tomar providências, até porque uma das coisas, posso dizer com muita tranquilidade, fiquei decepcionado, Deputado Ângelo Vanhoni, quando o nosso Tribunal de Justiça não determinou a entrega deste protocolo nos dois mandados de segurança que impetramos, tanto o Senador Roberto Requião, como nós da Bancada do PT e do PMDB, e o Tribunal, numa decisão que para mim é muito importante para o futuro, ele considerou este acordo, este protocolo, embora ele seja obviamente, por todos os advogados que puderam analisar, é um contrato, mas o Tribunal de Justiça deu um Acórdão, dizendo o seguinte: esse protocolo não vale nada, ele não é contrato, é um protocolo de intenção.

Então, não tenham dúvidas os senhores, que no dia 1º de janeiro de 99, o nosso Governador, que será eleito pelo PMDB, com as forças políticas que estão juntas conosco, vamos deixar o que consideramos legal e plausível, e o resto, inclusive atingindo os interesses pessoais de muita gente poderosa, o senhor sabe, Deputado Valdir Rossoni, de quem estou falando, são seus amigos que estão sendo beneficiados com o dinheiro público pela Renault, são seus amigos que estão sendo beneficiados.

Certamente vamos dar um basta, Sr. Presidente, a essas ilegalidades, fazer como fez o Governo com essa Detroit Diesel, deu 10 milhões e 500 mil reais em dinheiro, financiou um terreno por 15 anos, que era a instalação

das Caldeirarias Lincoln, para gerar 40 empregos de 450 a 500 reais com o vale transporte e o vale refeição, por mês.

Esta é a política industrial do Jaime Lerner: transformar o Paraná numa terra de gerentes. É a terra das plataformas, porque a hora que acabar a mamata, o benefício fiscal, a Renault fará como fez na Bélgica e em Portugal: fecha a fábrica e vai embora, até porque ela não colocou nada, só tirou.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -
Pela Ordem, concedo a palavra ao Deputado Edno Guimarães.

O SR. EDNO GUIMARÃES (Pela Ordem) -
Obrigado, Sr. Presidente.

Temos o prazer de anunciar, hoje, que vieram do Norte e Noroeste do Paraná, para essa grande festa de assinatura das 200 vilas rurais do Paraná. Está presente aqui em nossa Casa, o Prefeito de Cidade Gaúcha, onde será construída a maior vila rural do Paraná, 211 unidades residenciais, e também o Prefeito de Vila Alta, Marquinhos, e o Presidente da Câmara de Cidade Gaúcha, Geovane, e os Vereadores Renato, Marinho, Benedito, João Paulo, José Alves, Zezé, Acácio e Amaral.

Temos também aqui nos visitando, os Vereadores de Cafezal, Presidente da Câmara Augusto Hugo, Célio e Roberto, e também o Presidente da Câmara do Município de Guaporema, Irineu Dias de Paula, que nos visita e nos sentimos bastante honrados.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -
Perfeitamente anotada pela Mesa Executiva e associada a presença dos ilustres visitantes.

Concedo, Pela Ordem, a palavra, ao Deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK (Pela Ordem) -
Quero registrar a presença do Prefeito da Cidade de Boa Esperança, do Sr. Cláudio Gotardo, que hoje também esteve no Palácio, assinando um convênio de uma vila rural no Governo do Estado do Paraná. É uma satisfação muito grande em recebermos esse Prefeito nesta Casa e, principalmente, pelo brilhante trabalho que vem reali-

zando frente à comunidade do Município de Boa Esperança.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Anotado e também associada pela Mesa Executiva a presença do ilustre Prefeito e os demais visitantes.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Florisvaldo Fier.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No mês de janeiro passado, o Governador Jaime Lerner resolveu cortar o repasse que é feito do desconto dos professores para a APP-Sindicato, ou melhor, deixou de fazer o desconto. Essa é uma política de todos aqueles ditadores que ocupam o Poder Executivo.

Todo ser autoritário não admite a democracia. Não a admite na sociedade de uma maneira geral. Ele entende a democracia como algo nocivo e não algo que contribua para o debate e a construção de uma sociedade civil e democrática, a construção da participação e na transformação social.

O Governador Jaime Lerner tem medo das organizações dos trabalhadores. Ele fez a mesma coisa que tem sido feito por outras pessoas autoritárias do passado. Ele diz que quer diferenciar, porém não diferencia absolutamente nada.

Quando Álvaro Dias foi Governador, fez a mesma coisa e o Superior Tribunal deu causa de ganho aos servidores públicos que tiveram o desconto reimplantado.

O ex-Governador Requião, quando Prefeito de Curitiba, fez a mesma coisa em relação à Associação dos servidores públicos municipais de Curitiba, cujo Presidente, na época, era eu. Mas não resolvem e não conseguem nada.

Esse tipo de ação que Lerner fez e outros ex-Governadores fizeram, não consegue aplacar a sede e a vontade de luta dos trabalhadores, não conseguem aplacar a vontade de transformação dos trabalhadores. O Governador Lerner não admite diferenças àqueles que são diferentes a ele, que pensam diferente dele, ele considera, como disse aqui, ontem, referindo-se à Bancada de Oposição, como traidores do Paraná.

Somos defensores da população paranaense, não somos defensores do Sr. Governador do Estado, que em nome de interesses do Governo do Estado têm governado em causa própria e interes-

ses pessoais, haja vista o que se gasta com publicidade, como foi recentemente denunciado em Londrina, em favorcimento da Revista Direção, que tem o seu homem Gerson Guelman dentro do Palácio Iguaçu.

Quando vai nos questionar ou quando quer questionar a organização dos professores, por que não o fazem da maneira democrática que existe? Porque não se permite aprovação de pedidos de informações nesta Casa, já que dizem que são honestos e que não são corruptos. Porque sabem que a honestidade não passaria por 10 pedidos de informações. Sabem que existem irregularidades em quase todas as ações governamentais, e são questionadas tanto pela nossa bancada, como a política que levam em relação aos servidores públicos, são questionados pelos servidores públicos, não só a APP, como Sindiservidores, Sindisaúde, sendo que alguns deles agora não têm mais o desconto efetivado na folha.

Alega-se que essas entidades não pagam por esses serviços. Isso não é verdade. É pago à CELEPAR para que faça isso. Enquanto não permite o desconto dessas entidades, o Palácio Iguaçu, a Casa Civil virou um balcão de agiotagem, aonde vários bancos, maiores ou menores de nossa cidade, oferecem empréstimos com juros às vezes aviltantes aos servidores públicos, que têm esse juro e essas prestações descontadas na folha de pagamento.

(É retirado o som)

Ele quer que todos os servidores tenham a boca costurada para não falar e o grande criador de empregos, com essa política, provavelmente vai criar mais 100 desempregados no nosso Estado, mais de 100, que são os números de funcionários dessas entidades sindicais, que terão que dispensar todos esses trabalhadores, porque o Governador, aquele que criou 480 mil empregos, que não consegue e não criou nenhum, porque o índice de desemprego cada vez mais aumenta, vai colaborar com esses, mais esses, além de não permitir a democracia, não permitir a diferença, não permitir o pensamento diferente.

Explica perfeitamente a sua origem: Prefeito indicado pela ditadura militar de Curitiba, por dois anos. Ele lamenta, hoje, não poder ter a caneta cheia para criar AI-5 a nível do nosso Estado, que provavelmente o

faria, porque não permite pensamentos diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -
Concedo a palavra ao ilustre Deputado Takayama.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não farei nenhuma crônica policial, como bem faria o companheiro Deputado Luiz Carlos Alborghetti, mas não poderia deixar de passar em branco esse momento em que estamos distante de algumas notícias que nos trazem bastante apreensão e preocupação.

Há poucos dias atrás, dois jovens membros da igreja a qual pertencço, jovens que têm a prática de, pelas noites, ao invés de ficarem traficando e consumindo drogas, têm por hábito ir aos montes para orar, passar as noites em consagração. Dois desses jovens estavam num lugar chamado Morro do Juramento, na Vila Conquista, na Região do Vale do Passaúna, que é um ponto normal para orações, por ser um lugar um pouco retirado das residências.

Um deles, Samuel dos Santos, e o outro um padeiro desempregado, Antonio Marcos da Rocha, 21 anos, foram assassinados pela própria polícia. As únicas armas que eles portavam eram Bíblias. O Samuel dos Santos, até há alguns anos atrás, realmente, na fase da adolescência, era um cheirador. Até seu apelido era "cheirinho", por aspirar cola de sapateiro e outros derivados, mas depois se afastou das drogas e passou a frequentar a Igreja Assembléia de Deus.

A igreja provocou uma profunda transformação na vida dele. As pregações bíblicas mudaram o comportamento desse jovem. Podemos dizer que na casa de milhões foram resgatados de um caminho sem volta, de um abismo sem retorno. Jovens que estavam no caminho das drogas, da prostituição, enfim, aleijados da nossa sociedade, mas que, através da nossa mensagem da igreja, essa instituição que procura recuperar vidas e que não custa um centavo, não gera um ônus aos cofres públicos e que tem feito grandes transformações no comportamento de tantos jovens. E muitas vezes é até criticada com leis do silêncio, como queriam impingir o nosso Congresso Nacional.

Voltando ao caso dos jovens. Participavam de cultos de oração seguidamente nesse lugar, indo com as

famílias à igreja. Afastado das drogas, já não tinha mais problemas e não mais causava dificuldades para a sociedade o jovem Samuel. O outro rapaz, Antonio, momentaneamente desempregado, também acostumado a procurar lugares calmos para se concentrar e fazer orações. Esses jovens agiam dessa forma seguidamente. É evidente que, em algumas vezes se empolgavam na sua forma de liturgia, como são conhecidos os membros chamados pentecostais, nas suas orações elevavam as vozes, e possivelmente poderiam estar trazendo alguns incômodos para certas pessoas ali da vizinhança. Mas serem brutalmente assassinados com tiros de escopetas, espingardas calibre 12 e armas de alto poder de destruição, é algo que não dá para entendermos.

Ocupo esta tribuna para comunicar à Presidência e aos Srs. Deputados que acabo de encaminhar um requerimento, solicitando ao Procurador Geral da Justiça e também ao Secretário da Segurança Pública, para que tomem providências no sentido de apurar as causas e o rigor nas apurações, e que não fiquem impunes crimes como esse. Se é por desespero de alguns policiais, até pode ser. Mas não posso imaginar que, segundo o depoimento de um dos policiais que já é réu confesso, o Sr. Silmar Antonio da Silva, 29 anos, que assume a culpa dizendo que somente ele provocou isso. Não dá para aceitar, Sr. Presidente.

Esperamos que o Tenente Coronel, Comandante do 13º Batalhão Elban Maxiano, que diz acreditar na versão desse policial.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -
Vossa Excelência tem mais um minuto e meio para finalizar.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA - Obrigado.

Então, quero aqui, para concluir, pedir o apoio e a assinatura dos nobres companheiros dessa Casa, para que não venhamos a ver situações semelhantes a essa. Sabemos que a Polícia Militar tem prestado um belíssimo serviço. Não estamos generalizando. Mas não é por causa de meia dúzia de despreparados, ou gente má intencionada, porque não é possível que esse soldado Silmar tenha entrado sozinho, porque não é prática de um policial entrar sozinho no meio do mato para dizer que esteve atrás de bandidos.

Não dá para aceitar e espero que providências sejam tomadas, com o perigo de que, se não tomar providências e colocar em risco uma corporação tão bela e que tem prestado tremendo serviço à nossa sociedade. Esperamos providências rigorosas e esta é a razão de eu estar aqui ocupando a tribuna, indignado com a situação do que aconteceu esses dias, ali na Vila Conquista, num dos bairros da periferia de Curitiba.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Com a palavra o ilustre Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI - Declino esse horário. Vou fazer uso da Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Declinado também o ilustre Deputado Ademar Traiano.

Horário das Lideranças. PSDB, PPB, PDT, PL, PFL, Liderança do Governo.

Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Gostaria, naturalmente, ouvindo o pronunciamento do Deputado Romanelli, fazia uma reflexão do seu posicionamento. Não sei a quem o Deputado Romanelli está a serviço, de qual Estado, ou de qual é o interesse, porque tenho certeza absoluta que o seu pronunciamento não é do interesse do Paraná. Porque poderíamos aqui, fazer alguns questionamentos.

Alguém que vai àquela tribuna e representa o Governo que extinguiu o BADEP e que deixou este Estado sem nenhum mecanismo de poder de investimento e de industrialização deste Estado. De alguém que sobe àquela tribuna e seus líderes a nível nacional dizem que o Estado do Paraná está falido, criando dificuldades para a industrialização do Estado do Paraná, até conseguiram através da Revista "Veja", num determinado momento, mas logo a seguir, a Revista "Veja" corrigiu o colocou o Estado do Paraná como um dos Estados menos endividados. Venderam para o Senado da República, para não aprovarem os empréstimos para o Paraná.

Não sei a quem está, o Deputado, a serviço. Um Estado que não poderia contrair 475 milhões de dólares de empréstimo, quando no ano passado o Estado do Paraná pagou religiosamente em dia as dívidas contraídas em Governos anteriores, em torno de 200 milhões de dólares. E foram 200 milhões de dólares pagos com orgulho, porque foram ainda de Governos de Jaime Carnet, que construiu as estradas deste Estado. Foram os avanços que o Paraná teve antes do tempo, porque obtivemos aqueles empréstimos, aí eles espalharam para o País inteiro que o Paraná estava falido.

Num determinado momento, o pronunciamento da oposição, também fala que o Governo do Paraná compromete a maior parte da sua receita com folha de pagamento, do qual concordamos, mas esquecem de fala que o grande responsável por estarmos comprometendo quase toda a receita do Estado com folha de pagamento é que extinguiu o Fundo Previdenciário do Estado e que agora teremos que apreciar a criação desse novo fundo, para garantirmos o futuro dos funcionários públicos do Estado do Paraná.

Sobe naquela tribuna, também, e faz de conta que nós, paranaenses, acreditamos que ele fez parte do melhor Governo deste País, quando sabemos que nós que representamos o interior, que as nossas cidades - principalmente os nossos municípios compostos de pequenos agricultores - nos últimos 8 anos foi o maior êxodo rural da história do Paraná. E eles dizem que fizeram um grande governo para a agricultura deste Estado e contribuíram ainda mais para o êxodo rural. Além de governar mal - 8 anos, obstruíram o empréstimo do Paraná 12 meses, que atrasou por mais 2 anos e que veio a avolumar esse problema do êxodo rural.

Tenho feito essa pergunta nos municípios onde passo. Tenho feito a seguinte pergunta: vocês lembram de algum programa do Governo anterior que fosse de grande alcance social? A população fica quieta e não me responde. Poderia responder, aqui, para os Deputados de oposição, alguns dos programas do nosso Governo. É claro que o papel da oposição é contestar. Mas temos um programa de industrialização deste Estado, apesar deles terem terminado com os mecanismos que este Estado tinha, irresponsavelmente.

Por que não agiram como agiu o Governo Jaime Lerner, na questão do BANESTADO? Nós sim, lutamos por mais de 3 anos para mantermos este patrimônio do povo paranaense. Mantivemos o Banco do Estado do Paraná para o povo do Paraná. Aquele governo que dizia que o Banco era do povo do Paraná e entregou o Banco para o Governador Jaime Lerner, quebrado, como temos ali, por escrito, do Banco Central, que queria intervir no BANESTADO! Mas lutamos 3 anos, sanamos o BANESTADO e entregamos à população paranaense um Banco saudável. E agora, vamos devagar com a recuperação do BANESTADO, vamos atender essas empresas.

Poderia entrar, aqui, em outras questões. Onde estavam os políticos paranaenses, Presidente Zuk, no momento em que aprovaram no Congresso Nacional uma lei. Se você compra um automóvel Volkswagen, hoje, você para ICMS aqui no Paraná, mas é transferido para São Paulo. Quando São Paulo consome a nossa energia elétrica, lá, também, quando pagam seu talão de luz, eles pagam o ICMS da energia elétrica. Sabem para onde vai o ICMS da energia elétrica? Fica lá, a lei é diferente. O Estado produtor não fica com o ICMS da energia. Mas quando se produz o automóvel lá em São Paulo, temos que pagar ICMS para outro Estado.

Enfim, essa é uma discussão muito extensa, quer vai durar longos meses. Mas não tenho dúvida de que o povo paranaense saberá tomar uma medida certa. E esses que hoje combatem os programas que temos de industrialização do Estado e se apegam apenas à Renault, esquecem de 14 bilhões de dólares que estão sendo investidos no Paraná, como citei há pouco.

Tive a oportunidade de visitar a Siemens, em Irati, esta semana. Estão lá, 200 mulheres trabalhando. E quando terminar a indústria, porque ainda estão trabalhando em barracões improvisados, terão lá, 1200 funcionários. E isso está se espalhando em todo Estado.

Só subi nesta tribuna para dizer ao povo paranaense que quando alguém traz uma denúncia a esta tribuna ou faz uma denúncia séria, geralmente encontra eco lá fora. Esta denúncia está sendo feita, aqui, há mais de 1 ano e não encontra eco lá fora, porque estão faltando com a verdade. De alguém que governou este Estado 8 anos,

irresponsavelmente, não tinha programa de futuro deste Estado.

Hoje, sim, temos um Governador que sabe aonde vamos e aonde queremos chegar. Ele poderia dar umas aulas aos líderes do Deputado Romanelli, talvez ele não viesse à tribuna falar tantas inverdades, e ele não sabe o prejuízo que está dando ao Paraná, porque ele está a serviço, sem sombra de dúvida, ao Estado de São Paulo. Talvez ele esteja procurando lá em São Paulo, financiadores da campanha do Requião, porque aqui neste Estado ninguém mais acredita nele e no seu grupo político. Mas voltaremos a este assunto, porque temos muito a discutir sobre essa questão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -
Encerrado o Horário das Lideranças.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Horácio Rodrigues, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Walmor Trentini, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Luiz Carlos Zuk, Marquinhos Alves e Edgar Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei, em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Horácio Rodrigues, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei, em nº de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei, em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Hidekazu Takayama, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projetos de lei, em nº de 03 (três), de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados. À Diretoria Legislativa.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 522/97, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Talita, com sede e foro no Município de Pinhais. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 166/97, de 07.10.97).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 522/97

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, visa declarar de Utilidade Pública a Associação Beneficente Talita, com sede e foro no Município de Pinhais.

Chamada esta comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 04.11.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 584/97, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Centro Pontagrossense de Reabilitação Auditiva e da Fala Geny de Jesus de Ribas, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 182/97, de 23.10.97).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 584/97

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Centro Pontagrossense de Reabilitação Auditiva e da Fala Geny de Jesus de Ribas, com sede e foro na Cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 02.12.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 616/97, de autoria do Deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores do Conjunto Primavera, no Município de Luiziana. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 184/97, de 29.10.97).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 616/97

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Tureck, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Primavera, no Município de Luiziana.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta casa de Leis.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 25.11.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 658/97, de autoria da Deputada Irondi Pugliesi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Fênix. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

(Publ. no D.A. nº 202/97, de 19.11.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 658/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Irondi Pugliesi, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Fênix.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 25.11.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 659/97, de autoria do Deputado Élio Lino Rusch, que declara de Utilidade Pública, o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste do Paraná - CISOP, neste Estado. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 202/97, de 19.11.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 659/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Élio Lino Rusch, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste do Paraná - CISOP, neste Estado.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável, na forma da Emenda Aditiva anexa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.12.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -
Sobre a mesa, Requerimento nº 02-F, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 02-E, de autoria da Sra. Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 01, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 02-T, 02-S e 02-G, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 02-I e 02-H, de autoria do Sr. Deputado Sâmis da Silva, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 02-R, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 02-B, 02-C e 02-D, de autoria do Sr. Deputado Beto Richa, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 02-U, de autoria do Sr. Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 02-A, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, requeiro Verificação de Votação.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, requeiro Chamada Nominal.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -
Esta Mesa defere e solicita ao Sr. 1º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins) - (Proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados).

28 (vinte e oito) Srs. Deputados presentes.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -
Em votação o requerimento.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Solicito que seja feita a leitura do inteiro teor do requerimento.

O SR. 2º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Albozzetti) - (Lê o requerimento).

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -
Em votação.

- O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Para encaminhar, Sr. Presidente.
- O SR. ORLANDO PESSUTI - Para encaminhar, Sr. Presidente.
- O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Não tem encaminhamento de votação. Tem uma declaração sua de posição de voto, que poderia ser feita.
- O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (**Questão de Ordem**) - Sr. Presidente, então queria fazer uma **Questão de Ordem** de que não há 28 Srs. Deputados em Plenário, e este tema, Excelência, é um tema da maior importância, porque é um tema que envolve a categoria dos professores. O autor do requerimento não está no Plenário, o Governo tomou uma decisão política em relação ao magistério público do Estado do Paraná, de desmonte da APP - Sindicato, e mantém ao mesmo tempo o desconto para as financeiras, aos bancos ligados ao Governo que podem descontar...
- O SR. VALDIR ROSSONI - Pela Ordem, Sr. Presidente.
- O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Então, creio, Sr. Presidente, que esta Casa, os Deputados que compõem esta Casa não podem votar um requerimento de maior importância, um tema desses, sem ser discutido, Sr. Presidente.
- O SR. VALDIR ROSSONI - Sr. Presidente, pela Ordem.
- O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Sr. Presidente, gostaria que o Deputado Valdir Rossoni não fizesse uma intervenção sempre que vou falar, na tentativa de colocar obstáculo ao que eu possa argumentar.
Gostaria que não doesse tanto ao ouvido de Sua Excelência as minhas palavras.
- O SR. VALDIR ROSSONI - A lei não protege quem dorme. Já estava em processo de votação, Sr. Presidente.
(Discussões paralelas)
- O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Devolvo a palavra ao ilustre Líder do Governo, já com o encerramento da palavra do Deputado Romanelli.
- O SR. VALDIR ROSSONI (**Questão de Ordem**) - É só para colocar a Vossa Excelência de que já estávamos em processo de votação. Se o Deputado Romanelli depois quiser justificar o seu voto, após a votação, ele terá a oportunidade.
- O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A Mesa alertou e alerta aos Srs. Deputados: estamos em processo de votação. O Sr. 1º Secretário constatou a presença de 28 Srs. Parlamentares e será feita a verificação de votação.
- O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**) - Inscrevo-me para justificativa de voto.
- O SR. PRESIDENTE - Após o seu voto, Vossa Excelência terá oportunidade de fazê-lo.
Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se, e queria que o 1º Secretário fizesse a contagem dos Srs. Deputados.
- O SR. DR. ROSINHA (**Pela Ordem**) - Sr. Presidente, quero que registre que estão votando favoráveis os Deputados Dr. Rosinha, Annibelli, Toti Colaço, Orlando Pessuti, Renato Adur e Romanelli. São os Deputados que estão votando favoráveis. Que se registre em ata.
- O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente registrado.
Seis Srs. Parlamentares.
Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.
(Pausa)
Vinte e dois Srs. Deputados rejeitam.
Rejeitado.
- O SR. DR. ROSINHA - Não tem quórum, Sr. Presidente. Não dá o número suficiente.
- O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com o Presidente, dá 28 Srs. Parlamentares.
Chegou o José Maria, o autor, e completou o quadro.
- O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Mas ele não participou do processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -
Vossa Excelência vota favorável
ou contrário ao seu requerimento?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Exce-
lência, a votação já foi feita.
Ele não participou.

O senhor sabe que o Regimento
não permite...

(Vozes paralelas)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -
Está **rejeitado** o requerimento do
ilustre Deputado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Sr.
Presidente, Vossa Excelência é
um Presidente democrático e sabe o
seguinte, que esta votação não foi
válida, Excelência, porque não havia
número regimental.

O Deputado José Maria Ferreira,
como estatui o nosso Regimento, não
participou da votação. O requerimento
não é válido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -
Súmula do projeto, requerimento,
Projeto de Lei nº 141/95. Em votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) -
Solicito que Vossa Excelência dê
conhecimento ao Plenário do que se
trata este projeto de lei, já que pelo
número não temos como identificar qual
o projeto que estamos votando em Regi-
me de Urgência.

O SR. 2º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Al-
borghetti) - (Lê)

Só quero lembrar a Vossa Exce-
lência que entrei com uns 20 requeri-
mentos desses em todos os mandatos que
estive aqui nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -
Perfeitamente esclarecido.
Rejeitado o requerimento.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presiden-
te, requeiro Verificação de Vo-
tação.

O SR. VALDIR ROSSONI - Chamada Nomi-
nal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A
Chamada Nominal será efetuada
pelo Sr. 1º Secretário.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Mar-
tins) - Procede a Chamada Nomi-
nal.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -
Vai se proceder a Verificação de
Votação.

Srs. Deputados que aprovam o re-
querimento, queiram levantar-se.

Um Sr. Deputado aprova.

Srs. Deputados que rejeitam o
requerimento, queiram levantar-se.

Vinte e quatro Srs. Deputados
rejeitam.

Não há quórum para votação.

Nada mais havendo a tratar, de-
claro encerrada a presente Sessão,
marcando outra para quarta-feira, dia
18, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2º DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei
nºs 522, 584, 616, 658 e 659/97.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei
nºs 681, 684 e 695/97.

Levanta-se a sessão.

*O Diretor Geral da Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,*

Portaria N.º 04/98

R E S O L V E :

colocar, a disposição da COHAPAR- na cidade de Ponta Grossa, o servi-
dor deste Poder Legislativo, DANIELLE BAYER WEIGERT, com ônus para
o órgão de origem.

Portaria N.º 05/98

colocar, a disposição da COHAPAR- na cidade de Ponta Grossa, a servi-
dora deste Poder Legislativo, PATRICIA RONCALI BISCAIA FOGAÇA, com
ônus para o órgão de origem.

Portaria N.º 06/98

colocar, a disposição da COHAPAR- na cidade de Ponta Grossa, o servi-
dor deste Poder Legislativo, EUGENIO MAURICIO DA SILVA NETO, com
ônus para o órgão de origem.

Portaria N.º 07/98

colocar, a disposição da COHAPAR- na cidade de Ponta Grossa, a servi-
dora, VANIA CRISTINA CATANI, com ônus para o órgão de origem.

Portaria N.º 08/98

colocar, a disposição da COHAPAR- na cidade de Ponta Grossa, a Servido-
ra deste Poder Legislativo, LEDIANE DA SILVA REIS, com ônus para o
órgão de origem.

Portaria N.º 09/98

colocar, a disposição da COHAPAR- na cidade de Ponta Grossa, a servido-
ra deste Poder Legislativo, ANDREA IMTHON FARAGO, com ônus para o
órgão de origem.

GABINETE DA DIRETORIA GERAL, em 21 de janeiro de 1998.

Portaria N.º 10/98

colocar, a disposição da COHAPAR , na cidade de Ponta Grossa, a servido-
ra deste Poder Legislativo, MICHELE RIBEIRO, com ônus para o órgão de
origem.

GABINETE DA DIRETORIA GERAL, em 27 de janeiro de 1998.

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Portaria N.º 11/98

prorrogar, a disposição junto ao TRIBUNAL DE JUSTIÇA, da servidora ALEXANDRA KARIME DO NASCIMENTO MICHALTCHUK, funcionária deste Poder Legislativo, com ônus para o órgão de origem até 31.12.98.

Portaria N.º 12/98

prorrogar, a disposição junto ao TRIBUNAL DE JUSTIÇA, da servidora TEREZA CRISTINA CAMARGO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO, funcionária deste Poder Legislativo, com ônus para o órgão de origem, até 31.12.98.

Portaria N.º 13/98

prorrogar, a disposição junto ao TRIBUNAL DE JUSTIÇA, da servidora deste Poder Legislativo, ALICE BEATRIZ SILVA PORTUGAL ABELHA DE FÚCIO, com ônus para o órgão de origem, até 31.12.98.

Portaria N.º 14/98

prorrogar, a disposição junto a PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, do servidor deste Poder Legislativo, PEDRO DE SOUZA, com ônus para o órgão de origem, até 31.12.98

Portaria N.º 15/98

prorrogar, a disposição junto a SECRETARIA DE ESTADO DO GOVERNO, da servidora deste Poder Legislativo, ALZELI BASSETTI PROCHMANN, para prestar serviço junto ao CONSELHO ESTADUAL DA MULHER DO PARANÁ, com ônus para o órgão de origem até 31.12.98.

Portaria N.º 16/98

prorrogar, a disposição junto ao TRIBUNAL DE CONTAS, da servidora deste Poder Legislativo, GIANNA DE SOUZA MARCONCIN, com ônus para o órgão de origem, até 31.12.98.

Portaria N.º 17/98

prorrogar, a disposição para a SECRETARIA DE ESTADO DO GOVERNO, do servidor deste Poder Legislativo, LUIZ PAULO JOHANSSON, para prestar serviços junto a COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA-COPEL, com ônus para o órgão de origem, até 31.12.98.

Portaria N.º 18/98

prorrogar, a disposição funcional para a SECRETARIA DE ESTADO DO GOVERNO, dos servidores deste Poder Legislativo, ALEXANDRINI RODRIGUES DE OLIVEIRA e ANGELA MARIA BARSZCZ, para prestarem serviços junto a SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA E ASSUNTOS DA FAMÍLIA, com ônus para o órgão de origem, até 31.12.98.

Portaria N.º 19/98

colocar, a disposição da PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, a servidora deste Poder Legislativo, **SIMONE SALLES BELINATTI**, para prestar serviços junto a **COHAB-CT**, sem ônus para o órgão de origem, até 31.12.98.

Portaria N.º 020/98

colocar à disposição da Prefeitura Municipal de Carambeí, a servidora desta Assembléia Legislativa, **ALESSANDRA FABIANE LEMOS**, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 28 de janeiro de 1998.

Portaria N.º 021/98

colocar à disposição do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, o servidor desta Assembléia Legislativa, **PAULO ROBERTO VASCONCELOS FILHO**, ocupante do cargo de Agente Administrativo, até 31 de dezembro de 1998, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de fevereiro de 1998,



ABILIO MIGUEL
Diretor Geral